

Revista
Municipal
Trimestral

Número 28

Outubro 2019

GRATUITA

Lisboa

DA CIDADE PARA OS LISBOETAS

Reportagem
CARRIS

Entrevista
**FERNANDA
FRAGATEIRO**

Diário
**HABI
TA
ÇÃO
&
QUOTIDIANO**



LISBOA, UMA CASA ABERTA

Como acontece com a generalidade das grandes cidades do mundo, Lisboa depara-se com a escassez de oferta de casas com renda acessível. Responder a este problema é um desafio que exige de todos – poderes públicos e iniciativa privada – vontade, imaginação e sentido de justiça social. Cumprir o direito fundamental de acesso à habitação é não só um dever de cidadania solidária como também condição de equilíbrio numa cidade que se quer acolhedora, harmoniosa, diversa e em paz consigo própria. Quando tantas sociedades cedem ao medo e à intolerância, é necessário fazer de Lisboa uma casa aberta, onde todos caibam e todos não sejam demais na construção do futuro.

É essa cidade “casa aberta a todos” que os investigadores Sandra Marques Pereira e Jorge Malheiros tão bem explicam num “debate” de leitura obrigatória nas páginas 33 a 37.

Uma cidade respira com as suas gentes. De manhã à noite, são as pessoas que lhe dão vida. Percorrendo as artérias de Lisboa, as carreiras da CARRIS unem bairros e dão pulsar a este corpo. A aposta em transportes energeticamente mais limpos e sustentáveis, mais cómodos e eficientes, mais baratos e seguros, é também uma aposta numa cidade mais unida e solidária.

A Lisboa vibrante e irrequieta, hoje capaz de atrair as energias inovadoras de jovens de todo o mundo, sabe renovar-se todos os dias para afirmar a sua identidade de sempre, única e apaixonante.

Quando tantas sociedades cedem ao medo e à intolerância, é necessário fazer de Lisboa uma casa aberta, onde todos caibam e todos não sejam demais na construção do futuro.

Filomena Costa

DIRETORA

Sumário

Revista Municipal Trimestral • Número 28 • Outubro 2019

DOSSIÊ



Vila Estrela de Ouro, Graça.

Habitação & Quotidiano

Cidades saudáveis e integradoras têm lugar para todos. Não excluem classes sociais, minorias ou gerações. Ao longo da história de Lisboa, à semelhança de outras cidades, não faltaram crises habitacionais. Atualmente, um mercado global que tende a usar o imobiliário como um valor financeiro, reabilitando os edifícios, mas restringindo o direito à habitação, voltou a pôr o tema na ordem do dia.

Páginas 4 a 40

100 anos à procura de casa	4
Morar em Lisboa	8
Uma casa num bairro	13
Bairros e casas municipais	16
Investir numa nova geração	18
Rendas que se podem pagar	24
Vilas de Lisboa – do passado ao futuro.....	30
Pensadores de Lisboa: Jorge Macaísta Malheiros e Sandra Marques Pereira	33
Lisboetas – A nova diversidade na diversidade de sempre	38

EDITORIAL

Lisboa, uma casa aberta	1
-------------------------------	---

ARTIGOS

ModaLisboa No Campo de Santa Clara	42
Entrevista Fernanda Fragateiro	44
Ensaio fotográfico Sobre Carris	48

REGISTOS

Explicador de Lisboa Uma cidade que todos devem poder habitar	58
Emergência social, Saúde, Direitos Sociais, Atendimento público e Imprensa municipal, Exposição	61
Ficha Técnica	63
Marca de Água André Carrilho	64

Dossiê Habitação & Quotidiano



100 ANOS À PROCURA DE CASA

POR LUÍS MIGUEL CARNEIRO

Encontrar casa em Lisboa nunca foi tarefa fácil. A procura foi quase sempre superior à oferta a partir de finais de oitocentos, quando o êxodo rural empurrou milhares de camponeses para a capital. Alugar quartos, viver em barracas ou ir morar para os subúrbios foi a opção para muito lisboetas. A resposta dos poderes públicos andou quase sempre atrasada em relação à Europa, mas houve políticas que fizeram a diferença, como aconteceu com a erradicação das barracas. 🏠

O Plano de Urbanização de Alvalade consagra, pela primeira vez, a construção de “casas de rendas económicas”. Dois anos depois, legisla-se sobre “casas de renda limitada” destinadas à burguesia urbana para se potenciar, na década de 50, a expansão da cidade para o Areeiro e Alvalade.

Plano Marshall injeta financiamento americano para a reconstrução da Europa. Salazar rejeita o apoio para, um ano depois, o aceitar.



A visão do arquiteto americano Frank Lloyd Wright, replicando nas cidades a casa rural num retângulo ajardinado (*broadacre city*), impõe-se nos subúrbios das cidades americanas e inglesas, influenciando também as opções em Lisboa.

A população de Lisboa ultrapassa os 590 mil habitantes – mais 100 mil do que dez anos antes. Existem 739 “pátios” espalhados pela cidade. No Bairro do Arco do Cego e no Bairro Popular (rua Carvalho Araújo) são instaladas as primeiras famílias de funcionários públicos.

1948

Lisboa atinge os 695 mil habitantes. A construção de “casas económicas” é alargada a entidades assistencialistas e a organismos corporativos (bairros do Alto da Ajuda (foto), do Alto da Serafina, Salazar (Alvito). Constroem-se bairros também para classes de maiores rendimentos: Madre de Deus e da Encarnação.



1950

Está em obra a *Cité Radieuse* (Marselha), pensada pelo arquiteto Le Corbusier. É a aplicação do manifesto que fez aprovar em 1933, conhecido por Carta de Atenas: em vez da cidade congestionada, planeiam-se blocos residenciais modernistas em espaços abertos, construídos em altura e isolados em manchas verdes.

1951

Rasgam-se as avenidas de Roma e Gago Coutinho, com bairros adjacentes de diferentes tipologias. São construções em betão, fundindo os estilos modernista e “casa portuguesa” num estilo conhecido como “português suave”. O bairro de Alvalade incluiu células de “casas de renda económica”, para a pequena burguesia. Outros bairros, como os das Estacas ou de S. Miguel, incluem as “casas de renda limitada” para as classes médias urbanas.

1940



1930

Crise financeira suscitada pela Grande Depressão. Ditadura Militar instaurada em Portugal.

Cresce o número de barracas em “colmeias” e famílias a habitar pátios, partes de casa, quartos improvisados, “casas da malta”, asilos, águas furtadas, grutas e furnas.

1926

1910

Proclamação da República

O debate sobre as condições da habitação generaliza-se, com preocupações higienistas visando a erradicação dos “bairros infectos”, como Alfama e Mouraria. A população atinge os 430 mil habitantes, tendo duplicado em quarenta anos. Surge a Lei do Inquilinato, favorável aos inquilinos.





1914

Início da Grande Guerra, que vai, com a sua devastação, alterar as sociedades europeias. Portugal irá, em 1916, participar no esforço de guerra dos Aliados.

1919

Inicia-se a construção dos bairros da Boa Hora (Ajuda) e do Arco do Cego (Arroios), de rendas económicas, os primeiros por promoção direta do Estado. As obras só terminarão em 1935.

Discussões sobre bairros operários, em torno de um inquérito de 1905 sobre 233 “pátios” (construções miseráveis em quintais e logradouros) e as boas experiências com algumas “vilas” operárias, como o Bairro Grandella, de 1908, construídas por industriais filantropos e republicanos para os seus empregados.



1925

A Exposição Internacional de Artes Decorativas e Industriais Modernas, em Paris, ajuda a difundir o estilo da *art déco*, que se impõe no *design* da construção que usa o betão e o aço como materiais.



1924

É constituída a Associação dos Inquilinos Lisbonenses, contra os despejos e aumento de rendas.

1922

Inflação galopante e desvalorização da moeda em toda a Europa. Em Viena de Áustria, inicia-se a construção do complexo de habitação social municipal (“Gemeindebau”), com 1.400 apartamentos.

1933

Salazar faz aprovar a Constituição do Estado Novo.



1935

O *New Deal* nos EUA combate as consequências da Grande Depressão. Começa o crescimento económico generalizado nos países industrializados.

A recuperação económica permite à iniciativa privada construir mais “prédios de rendimento”, atualizados ao gosto *art déco* (bairros das Colónias, Açores, Azul, dos Atores). Os estratos mais baixos acomodam-se nos “pátios” e em barracas na periferia.

Sucessivos *Housing Act* instauram em Inglaterra a tendência das democracias subsidiarem a habitação social.

Construção apressada de “prédios de rendimento” em Sapadores, Penha de França, Bairro de Inglaterra, Praça do Chile, Rego, Bairro da Liberdade, S. Sebastião. Os proprietários obtêm o aumento de rendas e a agilização dos despejos, para conseguir o retorno dos investimentos.



1938



Duarte Pacheco, ministro e presidente da CML, chama o urbanista belga Étienne de Gröer para elaborar o Plano de Urbanização de Lisboa (1938-1948), ordenando o crescimento da cidade para lá da linha Casa da Moeda – Instituto Superior Técnico – Alameda D. Afonso Henriques.



1958



É concluído o Bairro de Santa Cruz de Benfica, ainda em formato de moradias estilo “casa portuguesa”. No total, foram construídas 6.200 “casas económicas” em 15 bairros, com a passagem gradual das moradias unifamiliares para as geminadas e destas para os edifícios multifamiliares.

1960

As obras da Ponte levam ao realojamento de moradores do Vale de Alcântara em “bairros provisórios” na Musgueira, na Horta Nova e no Relógio. Inicia-se finalmente a construção de bairros para as “classes pobres” (rendas mínimas, módicas e médias): primeiro o Bairro Padre Cruz, depois os do Casalinho da Ajuda e da Boavista (Benfica) e os das quintas das Pedralvas e do Charquinho. Inicia-se o realojamento dos moradores de barracas em células próprias nos Olivais, em Chelas (zonas J e I), na Ajuda, em Marvila, no Lumiar, no Alto da Eira e em Benfica. São os “bairros sociais”.



100 ANOS À PROCURA DE CASA CONT.



Sucessivas alterações à lei do PER permitem a construção de dezenas de novos bairros para realojar mais de 30 mil agregados familiares que viviam em bairros de barracas, abrindo caminho para a sua erradicação. A operação do Casal Ventoso ficaria como um marco desta política. Outra lei enquadrava a reconversão das Áreas Urbanas de Gênese Ilegal (bairros clandestinos), promovendo a sua reabilitação quando tal é possível.

Para gerir os bairros municipais é criada a empresa GEBALIS.



Um ano depois da teoria do urbanismo Jane Jacobs ter publicado *"The Death and Life of Great American Cities"*, Jean Gottman introduz o conceito de megaregião no planeamento, considerando as redes económicas e de transportes a nível metropolitano.



Expansão de Lisboa para o oriente

Ao longo da década de 60, constroem-se os bairros de Olivais Norte, Olivais Sul (em cima) e Chelas, envolvendo instituições de previdência social, cooperativas e entidades assistencialistas, proporcionando renda acessível ou compra para os associados e classe média, num plano da CML traçado por uma nova geração de arquitetos modernistas.

1995

Criação das Sociedades de Reabilitação Urbana, com a incumbência de reabilitar o tecido urbano em toda a cidade, especialmente nas zonas históricas.

2004

Com a descida das taxas de juro, a compra de habitação continua a ser facilitada, como nos programas da EPUL Jovem, que funcionou entre 1996 e 2012.

Políticas de apoio ao crédito

O Instituto Nacional de Habitação e a CML promovem construção a custos controlados (para venda ou arrendamento), e a reabilitação em bairros municipais, pátios, vilas e zonas históricas. Surge o Programa Especial de Realojamento (PER), baseado na experiência do Plano de Intervenção a Médio Prazo (PIMP), que realojara em habitação pública algumas centenas de famílias residentes em barracas.



1993

1980



Os trabalhos de pensadores sociais, como Habermas, Goffman, Sennett ou E. T. Hall levam os urbanistas e arquitetos a abordar o espaço na sua dimensão cultural, sobretudo em contexto de diversidade.



Jürgen Habermas



Richard Sennett

1978



1962

1963

1971

Em propriedade horizontal, estes conjuntos de diferentes tipologias incluem edifícios isolados multifamiliares (torres), rodeados de zonas verdes. Muitos dos equipamentos que dariam a coesão social nunca seriam construídos.

A falta de oferta na cidade e o crédito mais acessível atiram milhares para as zonas suburbanas onde a construção em propriedade horizontal cresce exponencialmente desde os anos 60. É criada a municipal EPUL – Empresa Pública de Urbanização de Lisboa, destinada a adjudicar, por concurso, planos e construção a empresas privadas.



Crise financeira mundial.

Juros atingem valores ainda mais baixos, levando os investidores a optar pelo mercado imobiliário, criando fenómenos especulativos.

2008

Restrições ao crédito para compra de habitação própria. Revitalização do mercado de arrendamento, a par da crescente intervenção no espaço público e da reabilitação do edificado nos anos seguintes, processos potenciados pelo investimento no turismo.

Criação do IGAPHE, instituto estatal em substituição do FFH, que financia a construção de novos empreendimentos e comparticipa a aquisição de habitação própria. O Município, através do Gabinete Técnico de Habitação, começa a preocupar-se com a questão da reabilitação do parque edificado, que se degrada continuamente por toda a cidade, em especial nas zonas históricas.

2012

Intervenção externa em Portugal – Troika

A alteração ao Novo Regime de Arrendamento Urbano – aliado ao interesse dos investidores no arrendamento de curta duração (o turismo é mais atrativo que os baixos juros bancários) – desencadeia um processo de despejos e de escassez de arrendamento a preços acessíveis.

2014 a 2019

Como resposta à escassez de oferta de habitação, inicia-se novo período de medidas municipais, reforçando intervenções anteriores e criando novas iniciativas, agora centralizadas no Regulamento de Apoio à Habitação: Construção de nova geração de alojamentos e reabilitação de bairros de habitação pública (“Aqui há mais bairro”), programas “Habitar o Centro Histórico” e “Renda Acessível”.



Findo o período revolucionário, regressa-se às leis do mercado de compra e venda (o arrendamento novo quase deixa de existir). A inflação e as altas taxas de juro que vêm da crise económica de 1973 afastam deste mercado os mais desfavorecidos. Surge o incentivo fiscal à “poupança-habitação”, para compra de casa. Criam-se medidas de apoio ao crédito bonificado e à compra em prestações, mas escasseia a oferta dentro da cidade – os bairros de Telheiras e das Laranjeiras, para a classe média, são exceções.

1987

1982

Declínio da população e bairros sociais

Começa nesta década o declínio da população residente na cidade, atirada para a compra de habitação nas zonas suburbanas. Para contrariar esta tendência, CML e EPUL ampliam bairros sociais preexistentes e constroem novos em diversas zonas (Lumiar, Carnide, Laranjeiras, Chelas, Vale de Santo António, Calhau, Musgueira, Olaíes, Ameixoeira, Benfica, etc). Prevalece a construção barata de edifícios de grande porte, para alojar dezenas de famílias. As cooperativas têm papel de relevo na concretização do Plano de Urbanização de Chelas.



A Constituição consagra o “Direito à Habitação”.

Um dos instrumentos do FFH é o Serviço de Apoio Ambulatório Local (SAAL), que desde 1975 dava suporte técnico aos modelos de autoconstrução de comissões de moradores e cooperativas, com o apoio do Estado e das autarquias. As intervenções centram-se nos “bairros sociais” preexistentes e nos muitos bairros degradados ou de barracas. Ficam para a história as intervenções nos bairros da Liberdade, Portugal Novo e Dona Leonor e Curraleira.

1976



Revolução democrática de 25 de Abril

O assistencialismo do Estado Novo é substituído pela intervenção direta das organizações populares, arrastando o poder público. Até 1976 registam-se vagas de ocupações de casas devolutas, dinamizadas por Comissões de Moradores. Criação de novas cooperativas de construção e incremento da atividade das preexistentes. O Fundo de Fomento da Habitação (FFH) promove políticas de intervenção direta na construção.

Milhares de famílias provenientes das ex-colónias são realojados provisoriamente em unidades hoteleiras.

1973

Crise do petróleo, devido ao embargo pelos países árabes, provoca inesperada alta do custo de vida e hiperinflação nos países dependentes da importação de hidrocarbonetos.

1974



MORAR



A reabilitação quase total de Lisboa – que, até há poucos anos, estava manchada pela ruína de prédios devolutos e bairros desertificados – coincidiu com a nova “lei das rendas” e a diminuição de contratos de longa duração, que criaram dificuldades a muitos antigos residentes. Como conciliar as dinâmicas de renovação da cidade e a preservação da sua identidade?

Praça de Alvalade

TEXTO POR LUÍS MIGUEL CARNEIRO

EM

O forte investimento no espaço público, o apetite pelo setor imobiliário em detrimento da poupança (devido à baixa dos juros) e o crescimento turístico não foram alheios à dinâmica de reabilitação. A procura internacional fez o resto. De todo o mundo chegam novos moradores, com elevado poder monetário, que incentivam a reabilitação, mas também a especulação. O vigor da economia da cidade torna-a mais atrativa, cosmopolita e vibrante – e mais cara. Encontrar alternativas políticas e económicas, socialmente mais justas, que combinem “o melhor de dois mundos” é o desafio que enfrentam hoje os poderes públicos locais e nacionais.

Em 1962, o poeta Ruy Belo publicava *O Problema da Habitação – Alguns Aspectos*. Para lá do prosaico título, neste livro de poemas, habitar é uma “respiração”, somos o que habitamos, habitamos o que somos; por isso, “uma casa é a coisa mais séria da vida”. Encontrar casa para residir em Lisboa foi sempre difícil, sobretudo para os jovens que procuram uma primeira habitação.

Depois do Terramoto de 1755, foi um problema que afligiu as classes abastadas. Com o êxodo rural, no século XIX e até finais do século XX, foram as classes da base da pirâmide social as mais atingidas pelo problema da carência habitacional. Hoje, com a pressão do turismo e a especulação imobiliária, são, sobretudo, as classes médias as que mais sofrem com os inacessíveis preços praticados no mercado. Para contrariar esta tendência,

o Município avançou com um conjunto de medidas para melhorar o acesso à habitação.

O PROBLEMA DA HABITAÇÃO

Existe atualmente um problema global no acesso à habitação: um relatório do Fórum Económico Mundial constata que 90% das cidades do planeta não oferecem rendas acessíveis para a generalidade da população. A par do que acontece com as principais cidades europeias desde o início da recuperação da crise financeira de 2008, Lisboa viu aumentar o preço das casas, que se tornou bastante superior ao aumento do rendimento disponível das famílias. Segundo a agência de notação financeira Moody's, entre 2012 e 2018, em Dublin (Irlanda), o rendimento das famílias cresceu apenas 10%, enquanto o preço das casas (venda e arrendamento) aumentou 90%, (rácio de 1 para 9). Em Lisboa, estes números são de 9% e 49% (rácio de 1 para 5), no mesmo período.

As causas do sobreaquecimento do mercado lisboeta da habitação são várias e não diferem muito do que sucede nas principais cidades mundiais. O excesso de liquidez no mercado, com juros historicamente baixos, e uma crise de confiança no sistema financeiro, atraiu um número crescente de investidores para o imobiliário. Também a procura por parte de estrangeiros com elevados rendimentos, atraídos por um regime

LISBOA

fiscal favorável para o residente não habitual (como acontece com os cidadãos franceses), ou o aluguer de curta duração proporcionado pelo *boom* turístico), levou os preços a ajustarem-se a essa procura crescente.

AS AGRURAS DO MERCADO DE ARRENDAMENTO

O arrendamento padece igualmente dos mesmos desequilíbrios: estima-se que a maioria dos lisboetas não conseguiria pagar as rendas do mercado atual. A crise desencadeada em 2008 e o resgate financeiro de 2011 levaram a grandes restrições no acesso ao crédito bancário para compra de habitação (uma das causas do endividamento nacional – neste país que é, no mundo, um daqueles onde mais famílias têm habitação própria e, até, segunda habitação). Os investidores, face aos baixos juros oferecidos pelos bancos, retiraram os depósitos e aplicações financeiras para investir no arrendamento de alto rendimento proporcionado pela procura de habitação de luxo e alojamento local.

A evolução positiva da economia trouxe ainda outro problema competitivo: a falta de espaço para escritórios (existe procura para cerca de 200 mil m² em falta), o que estimula os promotores a reconverter casas em escritórios para arrendamento. As rendas *prime* subiram de forma generalizada, arrastando as outras. Ao contrário do panorama anterior de prédios desocupados, a taxa de desocupação é agora de 3,9%, a mais baixa de

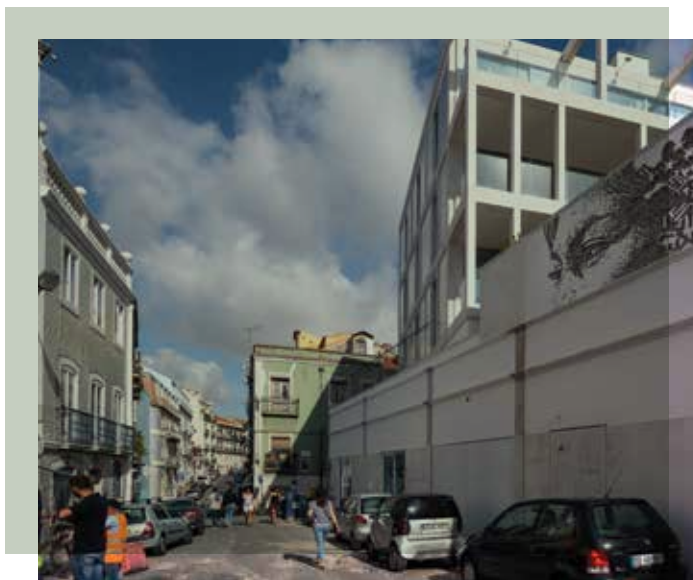
sempre. Apesar do declínio da população residente e do aumento de número de fogos para habitação, aumentou a carência de alojamento, porque existem cada vez mais pessoas a morar sozinhas ou em famílias monoparentais.

A alteração ao Novo Regime de Arrendamento Urbano, em 2012, teve grande impacto social: a lei – que procurava corrigir a injustiça para os proprietários que viram as rendas congeladas no tempo do governo de Salazar, e que deixaram de ter possibilidade de conservar o seu património – veio criar um desequilíbrio contrário, ao permitir aumentos exponenciais das rendas, colocando em situação de risco os mais vulneráveis. Foram muitos os proprietários

que, na mira dos lucros prometidos, coagiram os inquilinos que não puderam renegociar as rendas a abandonar as suas casas. Com o crescimento abrupto dos casos de contratos não renovados, muitos fogos (e lojas do comércio tradicional) foram transformados em alojamento local ou em caros contratos de curta duração.

Com o aumento da procura e dos preços do arrendamento cresceu a opção de compra nos concelhos limítrofes, com custos para a mobilidade metropolitana: entre as duas últimas eleições europeias, Mafra e Alcochete foram, respetivamente, o segundo e terceiro concelhos a registar maior aumento do número de eleitores, a nível nacional.

Face à indignação dos cidadãos e às movimentações de



Bairro da Mouraria.

FACTOS E NÚMEROS

VALOR MÉDIO DAS CASAS EM VENDA (2018)

Freguesia mais cara
Santo António: 4.700€/m²

Freguesia mais acessível
Santa Clara: 2.060€/m²

muitos coletivos de moradores e associações cívicas, bem como à pressão de organizações políticas e dos órgãos autárquicos lisboetas, sucessivas alterações à lei do arrendamento procuraram repor o equilíbrio. E as proteções que então foram concedidas aos mais vulneráveis (idosos, deficientes, etc.), bem como os benefícios fiscais aos senhorios para contratos de longa duração e rendas abaixo do mercado têm-se revelado insuficientes para contrariar as grandes tendências.

MOLDAR O FUTURO

A Constituição democrática de 1976 consagrava o princípio fundamental do Direito à Habitação. Mas só este ano a Assembleia da República aprovou uma Lei de Bases da Habitação, que a autarquia lisboeta vinha reclamando, com medidas tendentes ao cumprimento daquele desiderato constitucional: medidas de gestão territorial, política de solos, reabilitação do edificado, regulamentação do mercado habitacional, cedência de propriedade pública para habitação, construção de equipamentos que garantam a coesão social e territorial, mecanismos jurídicos de equilíbrio e justiça para os arrendatários (discriminação positiva dos mais vulneráveis, como idosos, famílias monoparentais ou com muitos filhos), entre outras.

Após discussão pública, Lisboa verá aprovado o Regulamento Municipal de Habitação, integrando a generalidade das medidas da Lei de Bases e centrando num só documento todos os apoios e formas de gestão. A estratégia municipal determina, a curto prazo, o reforço do investimento em seis áreas fundamentais:

¶ Acelerar a construção de 1.000 fogos de habitação pública de nova geração em paralelo com a reabilitação do património municipal disperso. Ao mesmo tempo, prosseguir a requalificação de 450 edifícios

em 30 bairros de habitação pública, na maioria geridos pela empresa municipal Gebalis – programa “Aqui há mais Bairro”.

¶ Assegurar a coesão e o desenvolvimento das comunidades através de operações urbanísticas integradas ao nível de equipamentos, infraestruturas, qualidade do espaço público, mobilidade e promoção de projetos culturais, sociais e económicos (como os que são apoiados no âmbito do programa municipal BIP/ZIP – Bairros e Zonas de Intervenção Prioritária).

¶ Investir 239 milhões de euros até 2024 em projetos do Plano Local de Habitação, dos quais 81 milhões resultam de financiamento a fundo perdido do Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana, no âmbito do “1º Direito” - Programa de Apoio ao Acesso à Habitação. No total, serão abrangidas 870 novas habitações e 3.622 reabilitadas.

¶ Limitar ou suspender o licenciamento de Alojamento Local nas zonas de maior pres-

são, fazendo cumprir a regulamentação específica.

¶ Aumentar a cobertura do Subsídio Municipal de Arrendamento e do programa Habitar o Centro Histórico.

¶ Revitalizar o mercado de arrendamento para as classes médias com rendas acessíveis (até 30% do rendimento do agregado familiar), através do Programa Renda Acessível (PRA), com a ambiciosa meta de 6.000 habitações.

Uma cidade cria-se todos os dias, com as suas ruas, as suas casas e, sobretudo, com os quotidianos das suas gentes. Sem isso, morre aos poucos. Habitar é uma respiração. Somos a cidade que habitamos e habitamos a cidade que somos. ●

Oh as casas as casas as casas

[...]

Na casa nasci e hei-de morrer
na casa sofri convivi amei
na casa atravessei as estações
respirei – ó vida simples problema de respiração
Oh as casas as casas as casas

Ruy Belo, in *Homem de Palavra(s)*, 1969

ALOJAMENTO LOCAL: PRÓS E CONTRAS

O Alojamento Local (AL), destinado sobretudo a turistas, foi e é uma importante fonte de rendimento para muitas famílias lisboetas. Mas, em contrapartida, contribui para a escassez da oferta de habitação e para inflacionar os preços das rendas.

Nos tempos de crise, o *boom* turístico foi a tábua de salvação da economia da cidade, responsável por parte significativa do produto e do emprego gerados em Lisboa. Para um número significativo de residentes, o AL passou a ser uma fonte extra de rendimento. Os turistas agradecem pois, para além da poupança em relação à hotelaria tradicional, também conseguem uma experiência de proximidade com a nossa cultura.

Em 2017 estavam registados na cidade 23.280 quartos em regime de Alojamento Local, a maioria no centro histórico de Lisboa. No ano seguinte ultrapassaram-se os 24 mil registos. O problema para quem quer alugar casa é evidente, pois não pode competir com as rendas proporcionadas pelo AL.

Entre as cidades com um rácio mais elevado entre o

número de apartamentos em AL e o número de habitantes encontram-se Nova Iorque, Paris, Amesterdão, Milão, Dublin e Lisboa. Para resistir a esta tendência, dez cidades europeias pediram à União Europeia a regulação da atividade das plataformas de

PERDAS E GANHOS



Residentes em Lisboa

Desde a década de 1980 até ao início dos anos 2000, Lisboa perdeu 30% da sua população, passando de 807 mil habitantes, em 1981, para os 564 mil em 2001. A perda populacional desacelerou progressivamente no século XXI: entre 2001 e 2011, registou-se uma diminuição de “apenas” 3%. Mas apesar desse abrandamento, de acordo com as estimativas do INE, a cidade continuou a perder habitantes até 2016, ano em que se inverteu a tendência, com uma ligeira subida. Em 2018 moravam, em Lisboa, 506.654 pessoas.

arrendamento temporário. Enquanto isso não vem, as cidades vão usando os instrumentos possíveis para sustentar rendas acessíveis na procura de habitação: congelamento de rendas, construção pública de casas, subsídios ao arrendamento, ou a limitação ao licenciamento de Alojamento Local (como em Lisboa).

LIMITES PARA O ALOJAMENTO LOCAL

Em Portugal, com a insistência e pressão da câmara de Lisboa, a lei que regula o Alojamento Local foi revista em outubro de 2018, concedendo finalmente poderes às autarquias para limitar e regular o licenciamento de mais unidades. No próprio dia em que a lei foi publicada, Lisboa anunciou a suspensão de novas unidades nos bairros de maior pressão: Alfama, Madragoa, Mouraria, Castelo, Bairro Alto, Graça e Colina de Santana. O novo regulamento municipal, que se encontra em discussão pública, consagra zonas de contenção do AL acima de 20% e a limitação em bairros residenciais com mais de 10% destas unidades turísticas. **LMC** 🗳

São bairros
habitados por
uma população
heterogénea, e para
quem o espaço
público é tão
importante como a
casa onde vivem.

CASA CASA UMA CASA NUM BAIRRO

TEXTOS POR
SARA INÁCIO
E PAULA CEREJEIRO

BENFICA

Luís Gonçalves, de 65 anos, vive em Benfica. É um dos bairros mais povoados de Lisboa. De acordo com os últimos censos (2011), nele residiam cerca de 37 mil pessoas. Tem um comércio de proximidade bem estruturado e diversificado. Quem ali mora afirma com orgulho “o meu bairro”. É o caso de Luís que exhibe o cartão de sócio do “Fofó”, nome carinhoso dado ao Clube Futebol Benfica. É neste clube que jogou à bola e espera que o seu neto lhe siga as pegadas. Foi junto ao mercado que lhe ouvimos os relatos de infância passada entre o Bairro de Santa Cruz, as Pedralvas e o Monsanto. Um tempo em que “brincávamos na rua, jogávamos à bola e fazíamos piqueniques”.

Hoje, nota que há mais gente nova. “O bairro mudou”, e para melhor. Os jardins foram arranjados, o estacionamento foi regulado e criaram-se novos espaços. O pior, diz, é que “por vezes a manutenção falha, e os novos lugares de estacionamento são logo ocupados”. Talvez seja preferível começar a andar de bicicleta, sugerimos em tom de brincadeira.

CAMPO DE OURIQUE

Ressano Garcia começa a delinear a estrutura urbana de Campo de Ourique no ano de 1880, planeada como um retângulo regular. Muitos artistas procuraram estas paragens, o que explica uma forte tradição intelectual entre os seus habitantes. Estes sentem que é como morar numa cidade dentro de Lisboa. E quem lá nasceu e voou para outras zonas, acaba por voltar, como é o caso de Sandra que sente pelo bairro “apego e amor”. A mais jovem freguesia de Lisboa tinha, em 2011, cerca de 22 mil habitantes.

Sandra nasceu no início da década de 1970 e cresceu na Gervásio Lobato, antiga freguesia dos Prazeres. Casou e foi para as bandas da Amadora, mas não por muito tempo. “Na verdade, só íamos lá dormir”, diz, confessando que nem a morada fiscal alterou. “Nunca consegui sair daqui”. Do bairro enfatiza as muitas atividades da Junta e de organizações, como a “Padaria do Povo” ou o “CampOvivo”. Quando lhe perguntamos do que não gosta... é do estacionamento e do preço das

casas. Talvez quando o Metro chegar à Estrela precise menos de usar carro próprio.

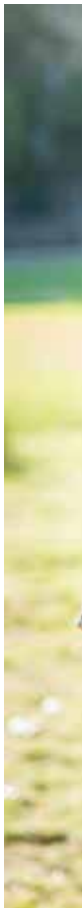
AREIRO

O prolongamento da avenida Almirante Reis até à praça do Areeiro começa a ser projetado nos anos 30, e serviu de palco a grandes arquitetos portugueses. Nos últimos censos (2011), a freguesia do Areeiro regista 20.131 habitantes. Apesar de contar com uma população maioritariamente sénior, o comércio continua vibrante: “farmácias, lojas, talhos, supermercados, uma padaria que ainda coze o pão em forno de lenha”, diz Maria, com 80 anos de idade, que gosta de ter tudo perto. Aqui vive há 50 anos e afirma que não há melhor bairro para viver. Há ainda o Parque Fernando Pessa, na avenida Madrid, mesmo ao lado da casa de Maria. “É lindo”, mas deixa uma recomendação: desbastar dois ciprestes que tiram o sol que bate nas traseiras. Também não gosta do monumento que fizeram ao Sá Carneiro. Fica o recado.

PARQUE DAS NAÇÕES

Situado na zona oriental da cidade, o Parque das Nações foi a designação dada ao bairro surgido na antiga zona de intervenção da Expo 98. Com uma frente ribeirinha de 5 km, uma vasta área foi convertida em zona residencial, inovadora pela arquitetura, desenho urbanístico, jardins e equipamentos culturais. Miguel Frazão tem 46 anos, três filhos e vive desde 2001 no Parque das Nações. Os filhos cresceram, têm amigos no bairro, e nele estudam. Com uma população de 21 mil habitantes, são várias as pessoas que afirmam que as relações de comunidade são como as de qualquer bairro tradicional de Lisboa. Miguel, tal como muitos residentes, compraram o apartamento ainda em planta. Foi atraído pelas infraestruturas modernas, amplitude dos espaços verdes e a proximidade do rio. Um espaço onde é fácil as crianças crescerem e serem felizes. Mas torce o nariz ao tráfego automóvel, especialmente nos dias de concertos, exposições e todo o género de eventos que ali acontecem com muita frequência. ●

O património habitacional é fundamentalmente privado. E os seus habitantes vivem sobretudo em casa própria. São bairros desenhados a “régua e esquadro” e que prolongaram Lisboa em várias direções, ao longo do século XX.





Maria Aliete Silva, moradora no Areeiro há 50 anos. Onze anos antes já trabalhava no bairro como costureira.

Miguel Frazão, morador no Parque das Nações. É ator e duplo em cinema de ação.

Luís Gonçalves, morador em Benfica. Licenciado em sociologia e técnico de contratação coletiva.

Sandra, moradora em Campo de Ourique. Estudou informática, trabalhou em artes gráficas e hoje gere o café "Queque de Campo de Ourique", especializado na confeção de bolos caseiros.

RECUPERAÇÃO DOS EDIFÍCIOS
E VALORIZAÇÃO DA VIDA LOCAL

BAIRROS E CASAS MUNICIPAIS

Lisboa tem mais de 24 mil famílias a viver em casas municipais. E estima-se que mais de 15% da população da cidade habite nos 66 bairros e núcleos de construção pública e gestão municipal.

Perto de 6.200 habitações foram ou estão em vias de ser beneficiadas pelo programa “Aqui há mais Bairro”, contratuado entre a autarquia e a Gebalis, empresa municipal. Este programa, já na segunda edição, estará em execução até

2021 e representa um investimento de 52,5 milhões de euros.

Depois da erradicação de barracas nos anos 90, Lisboa volta a reforçar o investimento em habitação, com construção nova, reabilitação e apoio às famílias.

No ano passado houve um aumento de 40% no número de contratos de atribuição de casas municipais. Crescimento que se manterá este ano com a entrega de 800 novas habitações.

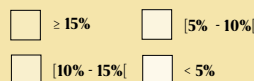
Os bairros municipais têm também equipamentos sociais e contam com projetos de desenvolvimento local, por exemplo, os que decorrem do programa BIP/ZIP – Bairros e Zonas de Intervenção Prioritária – ou do Orçamento Participativo. Há ainda espaços de comércio e serviços que ajudam a construir a identidade e a vida do bairro.

No plano urbanístico, projetos à escala da cidade procuram promover a assimilação destes bairros na paisagem urbana e melhorar as suas acessibilidades. ☺

CHAVE



N.º de casas beneficiadas com obra: programa “Aqui há mais bairro”

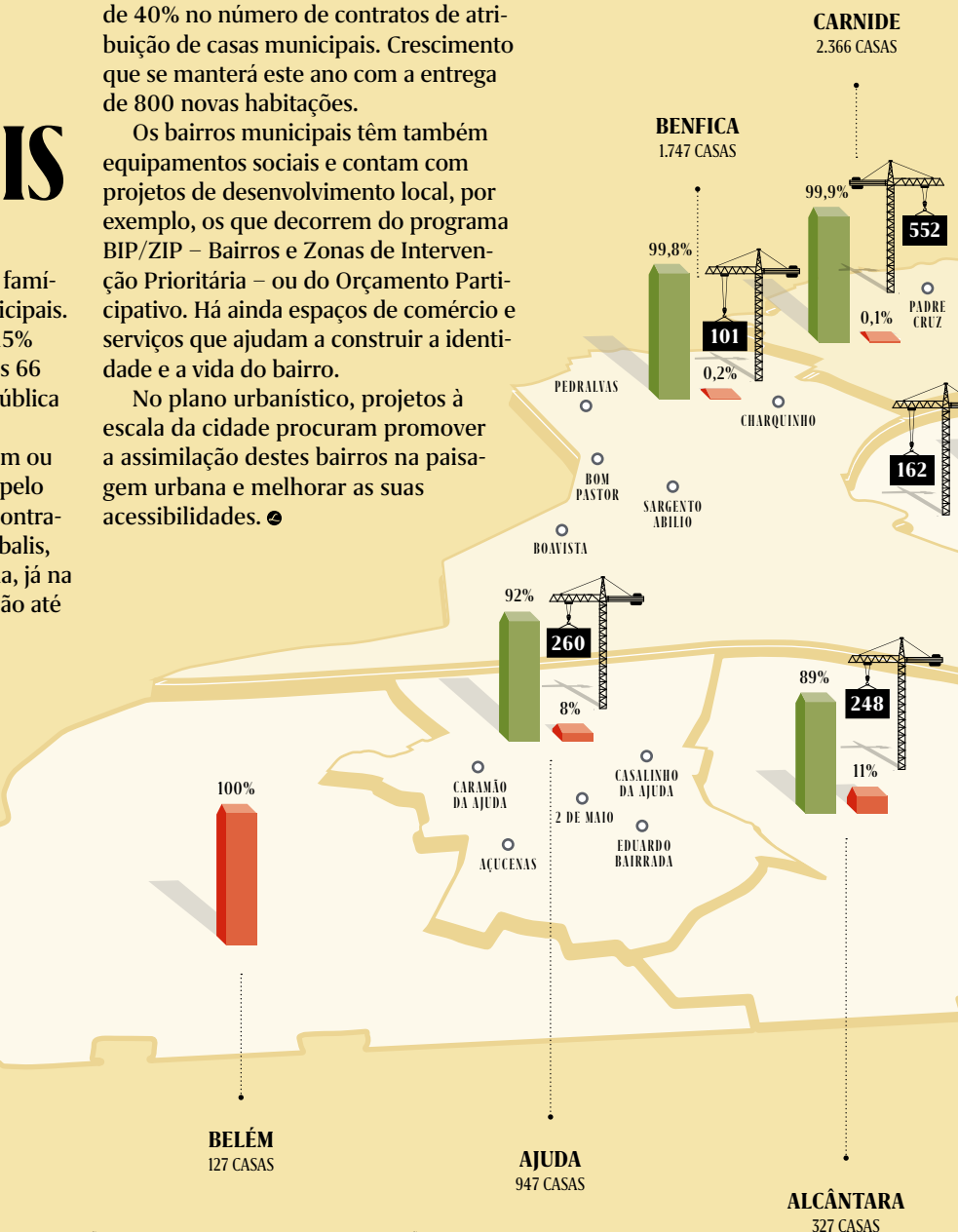


Concentração de casas municipais por freguesia

Bairros municipais

INFOGRAFIA JOÃO FERREIRA
TRATAMENTO DE DADOS LUÍS FIGUEIREDO


FONTE GEBALIS E DIREÇÃO MUNICIPAL
DE HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO LOCAL



Em três bairros
municipais de Lisboa,
edifícios inovadores
estão a substituir
habitação degradada
pelo tempo e pelo uso,
e a mudar quotidianos.

INVESTIR NUMA NOVA GERAÇÃO

TEXTOS POR
SARA INÁCIO,
JOSÉ MANUEL MARQUES
E SUSANA PINA



“As casas estão
muito bonitas,
e novo é novo!”

LUCÍLIA SOUSA

FOTO DE NUNO CORREIA

CARLOS, LUCÍLIA E ANTÓNIO BAIRRO PADRE CRUZ, CARNIDE (T2)

dezanove

HORTAS À PORTA DE CASA, terraços, entradas autónomas a partir da rua, edifícios baixos e modulares e cuidado no espaço público são as características mais visíveis dos novos quarteirões construídos nos bairros da Boavista, em Benfica, Padre Cruz, em Carnide, e Cruz Vermelha, em Santa Clara, num total de 250 alojamentos.

Mas esta nova geração de habitação pública tem outras inovações. Há painéis solares para o aquecimento, isolamento térmico e entradas de luz em todas as direções para maximizar a ventilação e a luz natural. A água da chuva é armazenada para rega, e a do lavatório é canalizada para as descargas sanitárias. No exterior, cada casa dispõe de um talhão de terreno cultivável com acesso privado. Além da sustentabilidade ambiental, estas soluções diminuem o valor das faturas.

CASAS QUE “CRESCEM” COM A FAMÍLIA

Outra novidade é a tipologia adaptativa. Se a família aumentar, a casa está preparada para “ganhar” um novo quarto (com janela), pela construção de uma divisória.

Os novos edifícios também foram pensados para quem tem mobilidade reduzida. Há acessos em rampa a partir do exterior, a largura das portas é compatível com cadeiras de rodas e optou-se pela instalação de bases de duche em vez de banheiras. No interior das casas, racionalizou-se o espaço pela ausência de áreas de circulação, como *halls* e corredores.

Neste novo modelo construtivo, tentam evitar-se os custos de gestão e manutenção dos espaços comuns. Um desenho arquitetónico inteligente que prescinde, sempre que possível, da necessidade de elevadores, por exemplo.

O projeto modular de casas em banda foi desenvolvido pelos arquitetos Alexandre Dias, Bruno Silvestre e Luís Spranger, e respondeu às exigências do concurso público internacional, promovido pela autarquia.

Em Benfica, 50 famílias, que habitavam casas de alvenaria do bairro da Boavista (entretanto demolidas), já moram nas casas novas. Em Carnide, 20 famílias mudam-se em breve, e no novo bairro de Santa Clara, 130 agregados originários do Bairro da Cruz Vermelha esperam pela conclusão do empreendimento, em fase avançada de construção. **SP** ●

Lucília Sousa [foto da página anterior] nasceu no bairro Padre Cruz numa casa que já não existe. Ficava junto ao longo edifício de seis pisos, agora em construção, onde brevemente ocupará o T2 que lhe foi atribuído para morar com o seu companheiro, Carlos, e o cunhado, António.

Enquanto espera pela casa nova vive num bloco de construções com cerca de trinta anos que foram recuperadas. Mas prefere a mudança. “As casas estão muito bonitas”, afirma, “a cozinha é toda equipada e... novo é novo!”

Para além disso o aproveitamento da energia solar sempre permitirá poupar gás, lembra Carlos, que manifesta saudades de um tempo onde no bairro a confiança nos vizinhos era tanta que a porta se abria “com um cordelinho”. **JMM** ●

Elsa Pinheiro tem 44 anos, nasceu em Sacavém, filha de mãe cabo-verdiana e pai são-tomense. Veio para o bairro da Cruz Vermelha com os avós, apenas com 2 anos de idade. É casada, estudou Psicologia Educacional, e tem um filho, Quevin, com 15 anos. O marido trabalha na restauração. Espera com muita ansiedade a casa que lhe foi destinada, um T2 no novo bairro, “onde as casas crescem com a família”, conforme anuncia o empreendimento.

“Quando chegámos ao bairro da Cruz Vermelha, os prédios eram esqueletos abandonados. Eram um amontoado de tijolos. Não havia saneamento básico, a luz era puxada dos postes elétricos, a água, tínhamos de ir buscar ao chafariz. Estava sempre a tremer quando me tocava a mim ir buscar... Quando morávamos em Sacavém, ouvimos dizer que existiam estes prédios. As condições lá eram muito más e resolvemos vir todos. Aos poucos foram rebocando os prédios, e hoje até gosto da minha casa. Quevin diz que passa as suas horas livres a fazer o que mais gosta, jogar à bola e estar com os amigos, mas também frequenta, como a mãe, o CAF – Centro de Artes e Formação do bairro, onde faz várias atividades, como teatro e dança.

Elsa vai ter uma nova casa, mas tem pena de sair do bairro onde cresceu e foi muito feliz. “Vai ser uma grande mudança nas nossas vidas... vamo-nos separar de gente que esteve sempre ao nosso lado. O bairro vai abaixo, mas comigo vão todos no meu coração!” **SI** ●

“O bairro [antigo]
vai abaixo, mas comigo
vão todos no meu
coração.”

ELSA PINHEIRO



ELSA PINHEIRO E O FILHO, QUEVIN **NOVO BAIRRO DA CRUZ VERMELHA, SANTA CLARA (T2)**

Habitação Municipal

“Aqui, nesta casita, estou bem.”

JOAQUIM AMARAL

Vive sozinho no T1 que lhe foi atribuído, um rés-do-chão com uma pequena horta. A filha de Joaquim Amaral largou o ninho há muito

tempo. Ele enviuvou ainda antes de se mudar para a nova casa, que ocupa há cerca de um ano. No Bairro Padre Cruz passou uma boa parte da vida, já lá vão 55 anos. De idade tem 85. Quando chegou ao Bairro Padre Cruz já a filha tinha três anos.

A casa que agora ocupa é maior do que a anterior, e o piso térreo facilita-lhe a mobilidade. Por agora a horta está em repouso, mas “lá para o mês que vem” já semeia as couves, uma atividade que, confessa, lhe dá muito prazer.

Funcionário da CML já reformado, começou a trabalhar na autarquia com 27 anos, onde foi calceteiro e escrivão datilógrafo. Com um passado de ativista social, faz atualmente parte do conselho fiscal da associação de moradores. Da vizinhança nada tem a dizer. Acredita que “o ambiente, muitas vezes nós também temos de o fazer”. Mas lembra-se de quando veio para o bairro, “deixávamos a chave na porta, e isso acabou”. JMM



JOAQUIM AMARAL BAIRRO PADRE CRUZ, CARNIDE (T1)



ANTÓNIO GOMES E ODETE BAIRRO DA BOAVISTA, BENFICA (T1)

“É pena não ter sido há mais tempo.” Apesar de alguns problemas ainda em resolução, António Gomes, de 75

anos, está satisfeito com o T1 que ocupa há três meses no Bairro da Boavista, num dos blocos construídos para substituir as velhas construções de alvenaria. A casa tem alguns problemas a resolver, como a porta que descaiu, mas isso não lhe retira o ânimo. “É normal, vai ser resolvido, mas gosto muito dela”.

Viveu na Ajuda e numa barraca do Bairro da Circunvalação. Depois do 25 de Abril de 1974, veio para a Boavista. A mudança “poderia ter sido há 30 anos...”. Mas António explica que agora tem muito mais espaço. É um piso térreo, sem escadas, o que facilita a vida à sua mulher, Odete, de 79 anos e com problemas de mobilidade. “Onde estávamos, os quartos eram em cima e tínhamos de subir a escada”, diz.

Com orgulho António mostra-nos a pequena horta à entrada do apartamento. Couves, tomates, salsa, coentros, um pouco de cada coisa. “Nunca tinha feito isto, e ali, onde eu estava, também não era possível, mas estou a gostar”, revela, explicando que a água para rega é reaproveitada da chuva. JMM

“Nunca tinha feito isto [tratar de uma horta], mas estou a gostar.”

ANTÓNIO GOMES



ANALINA MORENO, COM DOIS DOS SEUS FILHOS, STEFAN E LUCIANA CASA MUNICIPAL REABILITADA, SANTA CLARA (T2)

“Tenho pena de ter saído do bairro, mas gosto da minha nova casa, e os meus filhos já têm um quarto para cada um.”


ANALINA MORENO

Analina Moreno tem 44 anos, é divorciada e tem 5 filhos: a Luciana de 2 anos, o Stefan de 8, o Bruno de 15, a Diana de 22 e a Soraia de 26, e já tem uma neta com 2 anos. Com ela só vivem os dois mais novos. Saíram em maio do velho bairro da Cruz Vermelha, no Lumiar, e vivem agora numa casa municipal reabilitada, de 3 assoalhadas, perto do antigo local, mas já na freguesia de Santa Clara. Analina nasceu em Santiago, Cabo Verde. Veio para o bairro com 2 anos, nele cresceu, e dele guarda gratas recordações. “Sou filha do bairro”, diz-nos com os olhos brilhantes de emoção. “A minha mãe era a ama das crianças do bairro, era conhecida pela *Nha Veninha* (Dona Veninha). Foram muitas as dificuldades por que passámos. Não tínhamos água, luz, a casa não tinha janelas e ainda recorde, lá no fundo da minha memória, uma

única janela de madeira azul, por onde espreitávamos, entre as frinças, o mundo lá fora. As necessidades eram feitas num balde e o banho dado num grande alguidar. Tempos muito difíceis que foram ultrapassados com o tempo e o calor da família e vizinhos. Hoje tenho pena de ter saído do bairro, mas gosto da minha nova casa e os meus filhos já têm um quarto para cada um”. “Onde tenho a PlayStation!”, lembra, feliz, o pequeno Stefan. **SI**

RENDAS QUE SE PODEM PAGAR

POR LUÍS FIGUEIREDO
E SUSANA PINA



Simulação do vestíbulo
de edifício PRA, na
freguesia de Benfica.
Estes projetos arquitetóni-
cos privilegiam as áreas de
usufruto comum (pátios
interiores, átrios, pequenos
jardins), redefinindo as
fronteiras entre espaços
públicos e privados.

O Programa
Renda Acessível
quer ir ao encontro
das capacidades
financeiras das
classes médias e dos
jovens, para poderem
morar em Lisboa.

Para uma família de rendimentos médios, calcula-se que uma renda de casa não possa ir além de 30% do rendimento disponível sem sacrificar outras necessidades básicas. Assumindo este pressuposto, foi criado o programa municipal Renda Acessível, que tem como meta, a curto e médio prazo, a disponibilização de cerca de 6 mil casas com valores comportáveis pelas famílias, em várias zonas consolidadas da cidade.

Este programa surge para contrariar o atual desajustamento entre o mercado de arrendamento e as capacidades financeiras da generalidade das pessoas, que está a afastar as classes médias de Lisboa e a adiar projetos de vida das novas gerações.

A integração de Lisboa no mercado imobiliário global e a sua capacidade de atração turística à escala mundial, se geraram competitividade económica e dinâmicas de reabilitação com melhorias significativas da paisagem urbana, também geraram desequilíbrios no mercado de habitação local.

Estima-se que apenas 10% das famílias portuguesas conseguirão, hoje, arrendar uma casa em Lisboa com tipologia adequada à sua dimensão. Seguindo a tendência dos anos anteriores, entre 2017 e 2018 as rendas continuaram a aumentar, com Estrela, Campolide e Arroios a apresentarem os valores medianos mais altos (entre 25% a 30%), e Marvila, o mais baixo (inferior a 10%).

Quanto ao mercado de venda, entre 2016 e 2018, os preços médios das casas chegaram quase a duplicar nalgumas freguesias (Santo António e Ajuda), e, com exceção do Parque das Nações (em que o aumento médio se situou abaixo dos 10%), nas restantes freguesias de Lisboa os aumentos situaram-se acima dos 30%, com 12 freguesias a ultrapassarem mesmo os 50% de aumento médio nestes dois anos. Refira-se que, no mesmo período, o rendimento das famílias aumentava, em média, 2,5% (OCDE, 2019).

O Programa Renda Acessível (apoiado em estudos aprofundados sobre as necessidades habitacionais e o mercado atual) é uma das respostas municipais para lidar com o problema da habitação em Lisboa, que requer a articulação de políticas públicas locais e nacionais, e a mobilização da iniciativa privada. ●





Simulações 3D do projeto
 Vila Macieira, no Vale
 de Santo António.
 Neste empreendimento
 prevê-se a construção
 de 71 habitações, com
 49 em Renda Acessível.

Simulações de arquitetura,
 GTPRA/CML.



As novas construções associadas ao Programa Renda Acessível têm em conta o perfil atual das famílias e os seus modos de vida. Procuram “desenhar” espaços de vida local, em que as atividades do quotidiano possam ser vividas a pé.

Integram-se em zonas consolidadas da cidade, com comércio local, jardins, escolas, transportes, acesso a formas de mobilidade suave... o que, além de beneficiar a qualidade de vida dos residentes, ajuda a diminuir os custos urbanísticos dos empre-

endimentos e a necessidade do transporte privado.

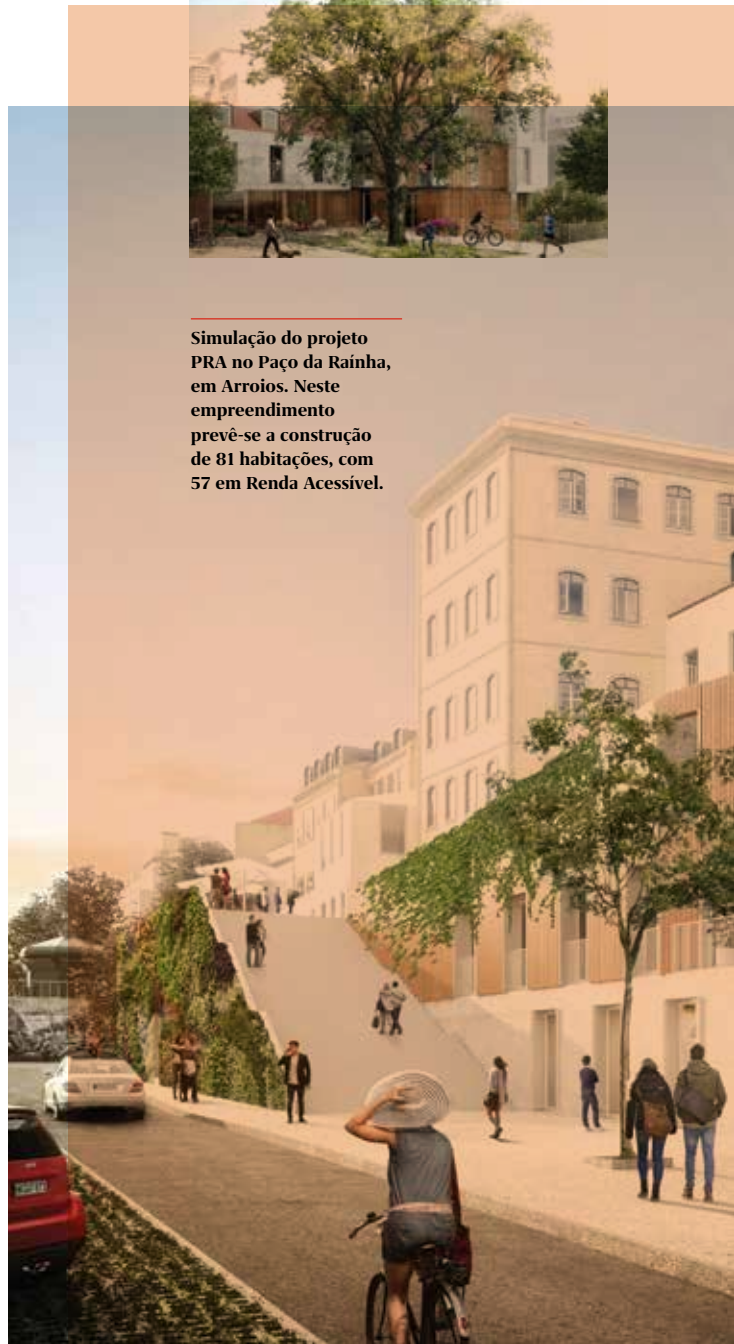
Nos edifícios, a aposta em áreas de utilização coletiva

(espaços de trabalho, de encontro, e serviços, como lavandarias), a eliminação de áreas de distribuição – *halls* e corredores –, bem como a flexibilização das funções associadas a cada divisão, permitem a racionalização dos espaços habitacionais privados, em prol da valorização das zonas comuns e dos espaços exteriores partilhados. Os projetos privilegiam ainda soluções inteligentes em sustentabilidade ambiental, eficiência energética, facilidade de manutenção e acessibilidade. ●

Um novo conceito de habitação



Simulação do projeto PRA no Paço da Rainha, em Arroios. Neste empreendimento prevê-se a construção de 81 habitações, com 57 em Renda Acessível.



PROJETOS EM CURSO



Casas com Renda Acessível

As candidaturas para as primeiras 120 habitações com Renda Acessível abrem em novembro: para um edifício na Ajuda e para outro património municipal disperso em recuperação. Entretanto, prosseguem as obras em três prédios nas Avenidas Novas. Pertencem a um lote de 11 edifícios adquiridos à Segurança Social.

No total, este património, localizado em zonas centrais, irá permitir a disponibilização de 250 novas casas com Renda Acessível e 226 quartos para estudantes. O valor desta aquisição municipal ronda os 52 milhões de euros.

Quanto aos restantes projetos, há dois empreendimentos já contratualizados em Arroios, com 170 apartamentos para Renda Acessível. E em breve, serão lançados concursos para oito empreendimentos para a construção de mais 1.760 habitações no âmbito deste programa. Em preparação, encontram-se os projetos de construção no Alto da Ajuda, no Bairro do Condado e no Alto do Restelo, e as operações de Renda Acessível em Benfica e no Parque das Nações. 🏡

FOTO DE NUNO CORREIA

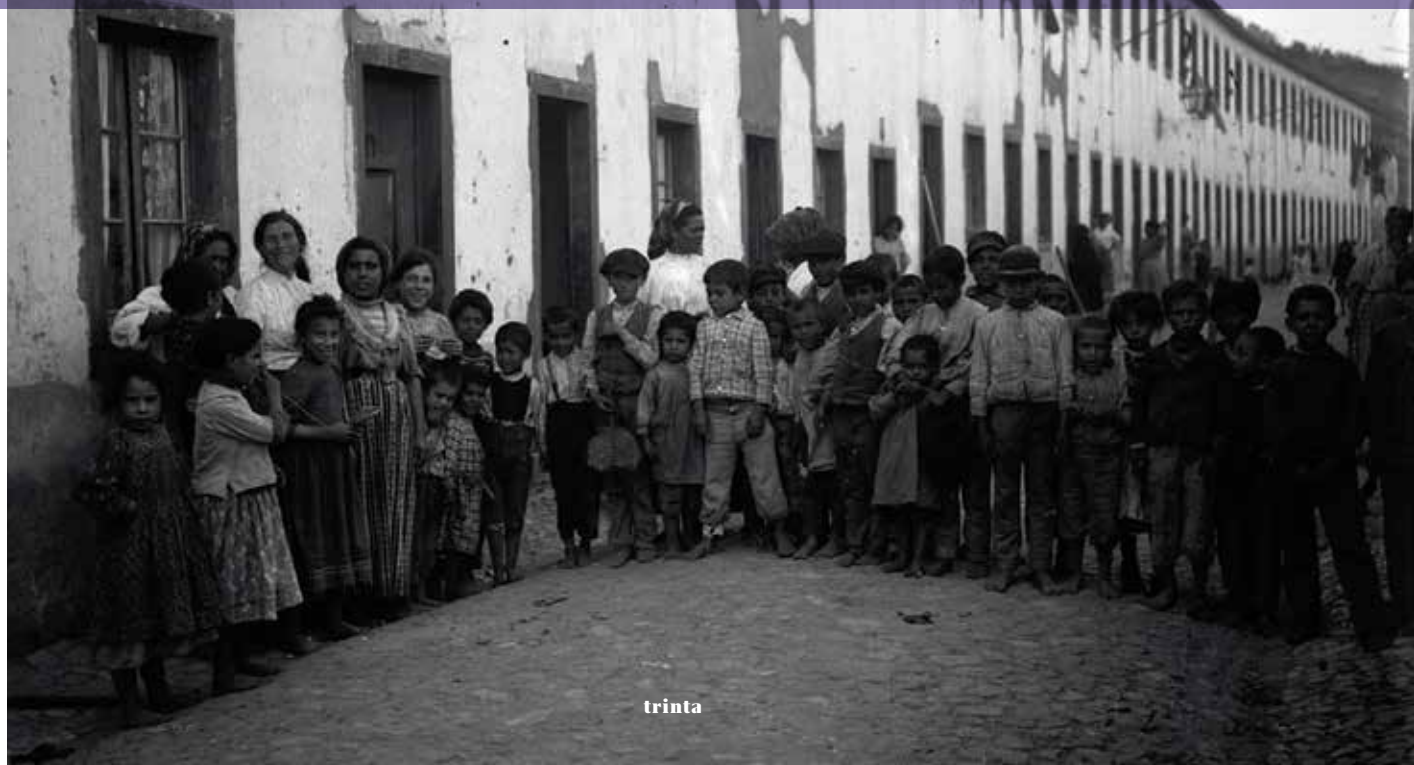
FONTES Uma Lisboa que regressa a casa – Programa Renda Acessível, CML, Julho 2019.
INE, Estatísticas de preços da habitação ao nível local (4.º trimestre de 2016 - 4.º trimestre de 2018).

VILAS DE LISBOA DO PASSADO AO FUTURO

TEXTO POR SUSANA PINA

Vila Dias, fotografia de Alberto Carlos Lima, década de 1910 (Arquivo Municipal de Lisboa).

Construída em 1888, quando o Beato era um dos maiores polos industriais da cidade de Lisboa. Com cerca de 180 habitações, alojava operários das fábricas de Xabregas.





Uma família rural empobrecida que migrasse para a cidade em finais do século XIX tentaria encontrar alojamento num dos muitos pátios e vilas da cidade.

Vila Macieira (Vale de Santo António) — simulação do projeto (GTPRA, Julho, 2019). Número total de habitações: 71; número de habitações com Renda Acessível: 49

A Vila Macieira original foi construída em 1907 nas traseiras dos edifícios que configuravam a calçada dos Barbadinhos. Apesar de referenciada na Carta Municipal do Património, teve de ser demolida devido ao avançado estado de degradação. Este projeto, integrado no Programa Renda Acessível, recupera a memória do lugar.

Entre as décadas de 1880 e 1920 a população de Lisboa mais do que duplicou. Numa primeira fase desse crescimento (que se vinha acentuando desde a segunda metade do século XIX), os migrantes rurais aglomeravam-se, sobretudo, em Pátios, sobreocupando as zonas antigas da cidade. Eram constru-

ções espontâneas, de iniciativa particular, que nasciam em interiores de quarteirões e logradouros. Palácios e conventos desocupados – celas, salões e adros – também eram convertidos em habitações operárias.

Num Inquérito aos Pateos de Lisboa (1903-1905), a maior parte desses alojamentos foram considerados sem condições mínimas de salubridade, mesmo atendendo às modestas exigências da época. As doenças e a mortalidade não paravam de aumentar.

LISBOA ADAPTA-SE

Fugindo de condições miseráveis, milhares de pessoas continuavam a acorrer à capital para engrossar o contingente de mão-de-obra industrial.

As fábricas surgiam então um pouco por toda a cidade, sobretudo nos vales de Alcântara e Chelas, pela proximidade das ligações fluviais e ferroviárias.

A cidade não estava preparada para acolher estas populações, e os poderes públicos tardavam em encontrar respostas (iam avançando com legislação que não era cumprida). É neste contexto que alguns industriais, construtores civis e sociedades filantrópicas ensaiam novos modelos habitacionais de baixo custo – as Vilas. A sua construção inicia-se na década de 1870. A primeira, por iniciativa da Companhia de Fiação e Tecidos Lisbonenses.

De tipologia variada e intenções que vão do lucro às preocupações higienistas, passando pela melhor gestão e controlo da mão-de-obra fabril, as vilas representavam uma melhoria significativa na oferta de alojamento. Construídas de raiz, obedeciam a um plano de conjunto, algumas mesmo formando pequenos bairros (por exemplo, o Bairro Estrela d'Ouro, na Graça). Muitas delas integravam equipamentos sociais e pequenas lojas para abastecimento local.

A distribuição em galeria externa nos pisos superiores permitia aumentar a área útil da construção. O pouco espaço interior da generalidade das habitações era “compensado” com a existência de um espaço exterior, de utilização coletiva, onde decorriam muitas atividades da vida quotidiana.

A construção das vilas tem o seu período áureo em finais do século XIX e primeiras décadas do século XX, mas prolongou-se até à década de 1940. Acompanharam o crescimento de Lisboa, surgindo, sobretudo, em locais pouco urbanizados e de menor valor fundiário (Xabregas, Beato e Benfica, por exemplo).

Entretanto, o Estado e a autarquia começavam a agir. Nos anos 30 foi construído o bairro do Arco do Cego, considerado o precursor da habita-



Pátio interior da Vila Macieira (em cima). Vila operária em Lisboa (s/ identificação, à direita), fotografia de Amadeu Ferrari, s/d (Arq. Mun. de Lisboa).



ção social em Lisboa. Quanto aos Pátios e Vilas, essa resposta da “sociedade civil” ao problema da habitação, que caracterizou uma época e construiu um imaginário, são muitos os exemplares que chegaram até nós, alguns classificados como imóveis de interesse público. Um levantamento realizado pela autarquia na década de 1990 deu conta da existência de cerca de 1.200 Pátios e Vilas em Lisboa.

Recentemente, foram identificados 33 pátios e vilas municipais com potencial de requalificação, permitindo disponibilizar frações para jovens, com Renda Acessível. Numa primeira fase serão recuperados sete destes conjuntos (dois deles, em Campolide, já em obras), num investimento estimado de 8 milhões de euros.

COHOUSING

Também no âmbito do Programa Renda Acessível, vão ser construídos cerca de 300 alojamentos junto ao polo universitário da Ajuda. Para Lisboa, convergem

numerosos estudantes e professores universitários de todo o país e do mundo, mas a oferta de habitação para este segmento é ainda deficitária. As residências serão desenvolvidas segundo os princípios do *cohousing*, em que certas funções e atividades tradicionalmente associadas ao espaço da casa passam, total ou parcialmente, a espaços de utilização coletiva (salas de trabalho, de convívio, lavandaria, etc.). Este projeto inclui também um pequeno módulo de habitação corrente, seguindo o modelo da Renda Acessível, além de uma creche, minimercado e áreas de restauração e lazer. Neste conceito de *habitat*, integram-se ainda soluções de mobilidade urbana sustentável, promovendo-se as deslocações em bicicleta e a utilização dos transportes públicos.

Para as novas gerações, em muitos aspetos da vida quotidiana, o acesso assume preponderância face à propriedade do bem. A habitação, mais do que “simples” imobiliário poderá a tornar-se um serviço (*housing as a service*). ☺

Pensadores de Lisboa

O AR DA CIDADE TRAZ LIBER DADE*

SANDRA
MARQUES
PEREIRA



JORGE
MACAÍSTA
MALHEIROS

CONVERSA
CONDUZIDA POR
PAULA CEREJEIRO

* Provérbio alemão

LISBOA *Como é que ao longo do tempo, os vários movimentos migratórios se têm apropriado de Lisboa?*

JORGE MACAÍSTA MALHEIROS A cidade é diversa, porque é um espaço de concentração de várias pessoas. Depois, a cidade tem “luz”, tem muitos elementos que atraem. Aquele provérbio alemão “o ar da cidade traz a liberdade”, significava, sobretudo, em contexto medieval, que os servos da gleba se libertavam quando vinham viver para a cidade. O último quartel do século XX e este período mais recente do século XXI devolvem à cidade de Lisboa uma maior diversidade, que de alguma forma se perdeu no fim do século XIX e no início do século XX. Lisboa era muito diversa nos séculos XV e XVI. A emigração galega, na segunda metade do século XIX, é talvez o grupo de estrangeiros mais importante e instala-se sobretudo nos centros. O século XX é marcado pelo êxodo rural, mais significativo nos anos 50 e 60, como resposta ao desenvolvimento industrial de Lisboa e da área metropolitana. A maioria pertence às classes populares – ocupam partes de casa, e quando a família cresce encontram casa na periferia. Em muitos casos vão estar associados ao crescimento dos bairros de lata. Quando as cheias de 1967, que matam 700 pessoas em Lisboa – embora o Estado Novo se recusasse a assumir este número – e causam a destruição de muitos bairros de lata e algumas áreas do periurbano, toma-se consciência de que não havia uma resposta em termos da oferta pública de habitação, ou de oferta privada para grupos sociais com rendimentos mais baixos.

Na década de 70, a crise habitacional mantém-se e agrava-se com a chegada das pessoas das ex-colónias. Foram meio milhão e estima-se que 60% ficaram na área metropolitana de Lisboa. Agrava-se, também, o aumento da construção precária. Segue-se, na década de 80, uma diminuição da pressão demográfica. Podemos mesmo assumir que Lisboa deixa de crescer. No pico censitário de

81, Lisboa tem mais de 800 mil pessoas. Nesta altura afirma-se claramente como modelo habitacional a compra de habitação própria com o apoio do crédito bancário. O estado gasta mais dinheiro a apoiar o crédito bonificado do que a promover habitação de caráter público.

LISBOA *Sandra, quer comentar?*

SANDRA MARQUES PEREIRA A cidade representava a promessa de uma melhoria de vida. Em certos sítios não se vivia bem na cidade, mas vivia-se muito mal no campo. Há um trabalho muito interessante, nos anos 50, realizado por um grupo de investigadores que faz um levantamento da

habitação em meio rural. Depois tentam fazer o mesmo no sul do país, mas é proibido. Havia aquela ideia da casa portuguesa, caiada, muito limpinha, mas as condições de habitabilidade eram uma miséria. Por outro lado, muitas pessoas não iam diretamente para a cidade. As pessoas do Alentejo tendem mais a ir para a margem sul; e as pessoas do centro tendiam mais para a margem norte de Lisboa. E, apesar de tudo, a margem norte tem uma vantagem competitiva, porque há uma continuidade geográfica. O rio constituía uma barreira. Nos anos 50 e 60, já havia uma mudança silenciosa nas preocupações com a habitação, mesmo antes das cheias. Tem a ver, por exemplo, com o Gabinete Técnico

de Habitação da CML [1959]. Há uma grande reflexão e um conjunto de ações que são desenvolvidas nesse período. O Jorge disse uma coisa que tendo a discordar....

JORGE MACAÍSTA MALHEIROS É bom discordar...[risos]

SANDRA MARQUES PEREIRA Na minha opinião, a quebra populacional da cidade de Lisboa tem início nos anos 60, que é interrompida com a vinda dos retornados, e que se reflecte nos censos de 81.

JORGE MACAÍSTA MALHEIROS Eu acho que não, até porque temos dados de 60 e 70... podemos discutir. Eu acho que Lisboa não perdeu população nos anos 60. Acho que continuava a crescer, pou-

QUEM SÃO

SANDRA MARQUES PEREIRA

Doutorada em Sociologia pelo ISCTE, investigadora do Dinâmia – CET, Centro de Estudo Territoriais, e do grupo de pesquisa Cidades e Territórios.

JORGE MACAÍSTA MALHEIROS

Doutorado em Geografia Humana pela Universidade de Letras da Universidade de Lisboa. É investigador do Instituto de Geografia e Ordenamento do Território.

co, mas continuava a crescer. Até por causa dos movimentos internos. Continuava a haver uma deslocação. É verdade que muitas pessoas ficavam na periferia, porque também já era difícil adquirir casa, ou arrendar casa na cidade.

SANDRA MARQUES PEREIRA Os dados de 70 mostram uma quebra. Em todo o caso há aquele movimento de retorno, que contraria a tendência da descida...

Estes processos de que nós estamos a falar não são especificidade de Lisboa. E há também a questão da propriedade e a questão do modelo de habitação. A compra de casa é uma coisa que se começa a generalizar, não apenas em Portugal, mas também a nível europeu. Há uma medida que é muito importante, lançada pelo governo da Margaret Thatcher, "Right to Buy"... no sentido de se poder comprar habitação social. O recuo do arrendamento, o aumento da propriedade, é uma tendência generalizada que se estende à década de 90, e entra pela primeira década de 2000, com algumas exceções, como na Alemanha.

LISBOA *E quanto às políticas públicas?*

JORGE MACAÍSTA MALHEIROS Na minha perspetiva, a nível nacional, a mudança não acontece, de facto, antes de 67. As cheias apanham a reflexão sobre a mudança. Uma produção habitacional mais massificada, com mais periferia...

Mas estamos de acordo: do ponto de vista habitacional eu também não acho que a resposta pública se tenha alterado só depois do 25 de Abril. O Bairro de Alvalade [anos 40/50] é o primeiro exemplo de habitação pública extensiva...

SANDRA MARQUES PEREIRA Mas é um público muito relativo...

JORGE MACAÍSTA MALHEIROS Sim. Era para os funcionários do regime. Mas a construção é pública, e é um exemplo ainda anterior à criação do GTH. Comemoraram-se agora os 100 anos das políticas públicas de habitação. Há indícios em 1910, um pouco mais explícitos nos anos 20 e claramente a partir de 33, com o Estado Novo. Estamos a falar de habitação de promoção pública. Não necessariamente de habitação social para os estratos mais desfavorecidos. Ainda

que se conheçam alguns programas de habitação para classes profissionais como os pescadores. De facto, Lisboa, por pressão do governo, começa a urbanizar a Zona Oriental, Olivais Sul, depois Olivais Norte, curiosamente utilizando os terrenos do Duarte Pacheco. Ou seja, comprou-se terreno, no caso dos Olivais, para se fazer essa expansão. E depois há uma nova tentativa...

SANDRA MARQUES PEREIRA Com o Fundo de Fomento de Habitação...

JORGE MACAÍSTA MALHEIROS Sim, no período marcelista. O Fundo de Fomento de Habitação é criado em 1969, e o 25 de abril vai apanhar muitos projetos em curso. Sentiu-se, finalmente,

a necessidade de fazer outro tipo de habitação social, de fazer mais habitação pública. Insisto nesta ideia de que as cheias aceleraram as coisas. No decreto que estabelece o Fundo de Fomento de Habitação, há três ou quatro linhas que dizem "usamos aqui como bom exemplo o programa das casas da Gulbenkian ...", como algo que foi exemplar na promoção da habitação pública.

SANDRA MARQUES PEREIRA Mas estas duas décadas, 60 e 70, são muito fracas. Na década de 60 e 70 o ideal de habitação estava associado ao que era



moderno. A ideia do antigo, da reabilitação, não era sentida de forma positiva, porque estava associado à miséria, à pobreza e à falta de condições. A ideia da cidade moderna, que chega a Portugal um pouco mais tarde, não do ponto de vista da arquitetura, mas dos grandes conjuntos habitacionais, é muito atrativa nos anos 60/70. Nós fizemos um trabalho sobre a Portela, em que muitas das pessoas vinham da cidade para ali viver porque podiam comprar uma casa nova a um preço acessível. Há uma construção social dos ideais urbanos ao longo dos tempos, que agora valoriza o retorno ao centro da cidade.

LISBOA *Exato. Como é que estamos a viver Lisboa? E que exemplos temos de outras cidades?*

SANDRA MARQUES PEREIRA O que se está a passar agora é recente, vem depois da crise. Há uma série de fatores, uns de longa duração, outros de curta duração. Uns políticos, outros estruturais. E a partir de meados desta década, nós temos um fenómeno de sobreposição dos mercados internacionais de imobiliário, aos mercados locais de imobiliário. Há um aspeto muito importante que tem a ver com a *financeirização* da habitação. Ou seja, o reforço do estatuto da habitação enquanto bem financeiro. Está-se a desenvolver de uma forma muito rápida e concentrada no tempo. É uma característica nossa. A nossa modernização é rápida e concentrada no tempo. A consequência mais óbvia é a subida dos preços, que são cada vez mais guiados pelo mercado internacional. E isto entra em choque com os rendimentos das pessoas que, ao contrário de evoluírem, estagnam. Esta transformação vem descolar a cidade do seu território nacional. E neste momento o quadro de reflexão política tem muitas afinidades com o que se passa nas outras cidades.

JORGE MACAÍSTA MALHEIROS Aqui, a sintonia com a Sandra é completa. Quando nós olhamos para o passado, muitos dos processos que caracteri-

zaram a política habitacional de Lisboa, também os vamos encontrar noutros países. Por exemplo, o congelamento das rendas. É uma medida que nós encontramos em França, em Itália e, por motivos diferentes, agora na Alemanha. Esta lei vem desde os anos 40/50, e os governos democráticos resolveram estender essa regra. Assim como a transição para um mercado que valoriza mais a propriedade, modelos que se assemelham aos modelos habitacionais da Europa do Sul. Em Espanha e em Itália, por exemplo, a compra *versus* o arrendamento têm diferenças muito grandes. Até aos anos 80, nos países do norte da Europa privilegiavam o arrendamento. Mas depois, começam também a valorizar mais a aquisição em prejuízo do arrendamento. São os períodos de crise que invertem esta lógica e passam a verificar-se mais as lógicas do arrendamento. Cada cidade tem características próprias, mas a maior parte das vezes elas estão inseridas em movimentos que são bem mais vastos.

Nós estávamos a falar dos problemas habitacionais dos anos 60/70. Mas se eu tivesse que escolher entre esse período e aquele que estamos a viver agora, escolheria, sem qualquer dúvida, o momento presente.

SANDRA MARQUES PEREIRA Eu também. [risos]

“A partir de meados desta década, nós temos um fenómeno de sobreposição dos mercados imobiliários internacionais, aos mercados locais.”

SANDRA MARQUES DOS SANTOS

JORGE MACAÍSTA MALHEIROS Hoje, não há propriamente um défice quantitativo de habitação. Nós temos tantas casas fechadas, como o conjunto de necessidades de habitação. O problema coloca-se em termos qualitativos e, como já referiu a Sandra, a oferta habitacional existente não permite às classes médias, às classes populares, terem acesso à habitação. Primeiro, o reforço grande do turismo urbano que é apoiado por novos formatos, como o Airbnb, a expansão das lojas de *souvenirs*, os polos culturais e o que lhes está associado, etc. É uma transformação positiva, do ponto de vista da economia urbana e até proporciona a reabilitação algumas áreas. E gera emprego. Aconteceu mais cedo em outras cidades. Barcelona é um bom exemplo, que teve a iniciativa de colocar a cidade no mapa das cidades. Em 1975, Nova Iorque estava à beira da bancarrota e consegue dar completamente a volta. Hoje em dia, quem é que pode viver em Manhattan? E este processo che-

ga a Lisboa. Graças, como dizia a Sandra, a uma série de medidas políticas que intencionalmente conseguem atrair esse capital estrangeiro, como os vistos Gold, os benefícios fiscais para residentes não habituais...

SANDRA MARQUES PEREIRA É importante perceber que o que temos não é um mercado com investimento estrangeiro. Mas um mercado internacionalizado. Isto é, processos onde já há fusões estratégicas entre alguns promotores nacionais e internacionais.

LISBOA *Quem são os habitantes de Lisboa?*

SANDRA MARQUES PEREIRA Temos de ver o tipo de população de que estamos a falar.

JORGE MACAÍSTA MALHEIROS Exato. Numa cidade onde a mobilidade é maior e a mobilidade está associada à precariedade laboral – contratos curtos de trabalho, o que obriga as pessoas a mudarem de profissão várias vezes –, isto implica que as pessoas se deslocam com maior frequência. E também o facto de haver mais pessoas a viverem sozinhas e casais com menos filhos. E a isso associam-se outras coisas: mobilidade para estudar, mobilidade para formação... O que nós temos é uma população muito mais diversa. Temos a população antiga, com segundas e terceiras gerações nascidas em Lisboa. Os migrantes internos, os imigrantes, que a partir dos anos 80 começam a chegar à cidade, instalando-se em sítios diferentes da cidade... É verdade que continua a ser uma cidade segregada. Porventura a segregação diminuiu até dois mil e pouco, para depois voltar a crescer nos últimos tempos, por causa das lógicas de *financeirização* da habitação. Há uma geografia da cidade onde distintos grupos nacionais e também grupos sociais se localizam. Não está tudo misturado, como se sabe. Para além da sua diversidade do ponto de vista social e étnico, há também modalidades diferentes de residir na cidade. Hoje as pessoas misturam-se com outras pessoas que estão três anos para estudar, um ano para trabalhar... Depois temos a população de curta duração, que são os turistas. Lisboa mexe hoje muito mais.

LISBOA *Para terminar, qual é a vossa opinião sobre o Programa de Renda Acessível? Sandra?*

SANDRA MARQUES PEREIRA Tem um problema: é lento. Deveria ser complementado com outras soluções mais ágeis. Começou-se a falar publicamente desta questão em 2016. Não é por acaso que em 2017 é criada a Secretaria de Estado da Habitação, que não existia há 13 anos. É a politização do tema, que reconhece que Lisboa e Porto, sobretudo Lisboa, têm um problema a nível nacional. O lado da reabilitação dos edifícios da Segurança Social parece-me muito promissor, porque é reabilitação e portanto uma coisa mais

“A oferta habitacional existente não permite às classes médias, às classes populares, terem acesso à habitação.”

JORGE MACAÍSTA MALHEIROS

célere. Eu penso que as políticas de habitação têm de ser diferenciadas de acordo com a localização. Lisboa tem este sucesso que nós verificamos. E do ponto de vista fiscal e das receitas tem havido um aumento muitíssimo elevado. Mas parece-me que tem de

haver uma relação custo/benefício equilibrada. O apoio ao arrendamento é fundamental, e justamente porque Lisboa tem muitas dificuldades e porque se trata de um problema internacional e global, acho que deve haver uma aposta dos governos nacionais em pressionar a nível europeu e tornar o tema da habitação um assunto da agenda política europeia.

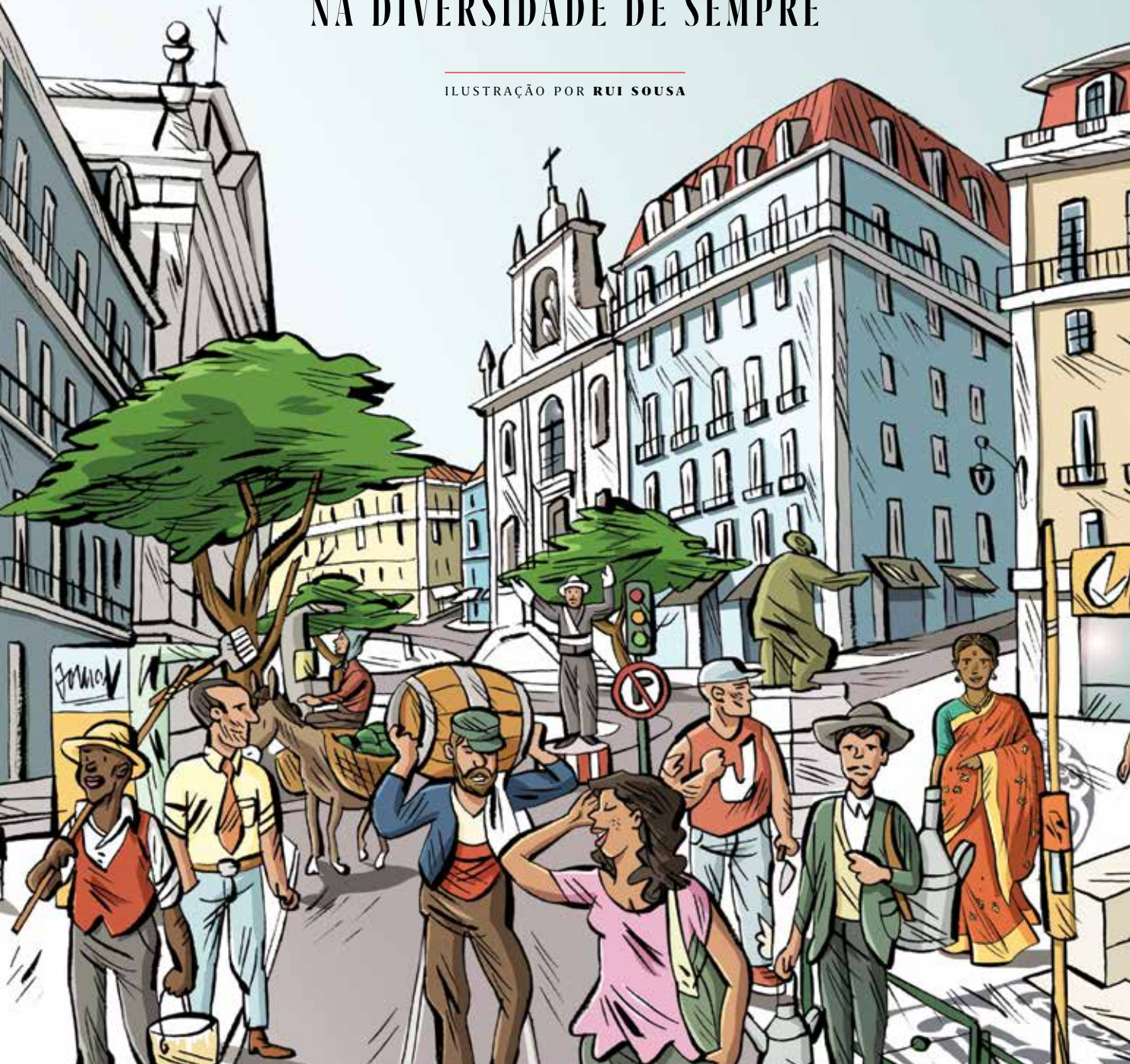
JORGE MACAÍSTA MALHEIROS Sobre o programa não tenho muito mais a dizer do que disse a Sandra. Há uma ideia de promover habitação que custa um pouco menos, sobretudo para as classes médias. Percebeu-se que o problema da habitação tinha um impacto muito forte sobre a classe média e o programa procura responder a esse défice. Acho que tem de haver uma regulamentação mais forte sobre a propriedade. Não é a desapropriação dos proprietários, mas acho que devia haver uma maior regulamentação. Nos casos em que a propriedade está parada e não é reintroduzida no mercado da habitação. Reabilitar, colocar no mercado de arrendamento e, passado algum tempo, devolver ao proprietário era uma coisa que poderia ser aplicada. ●

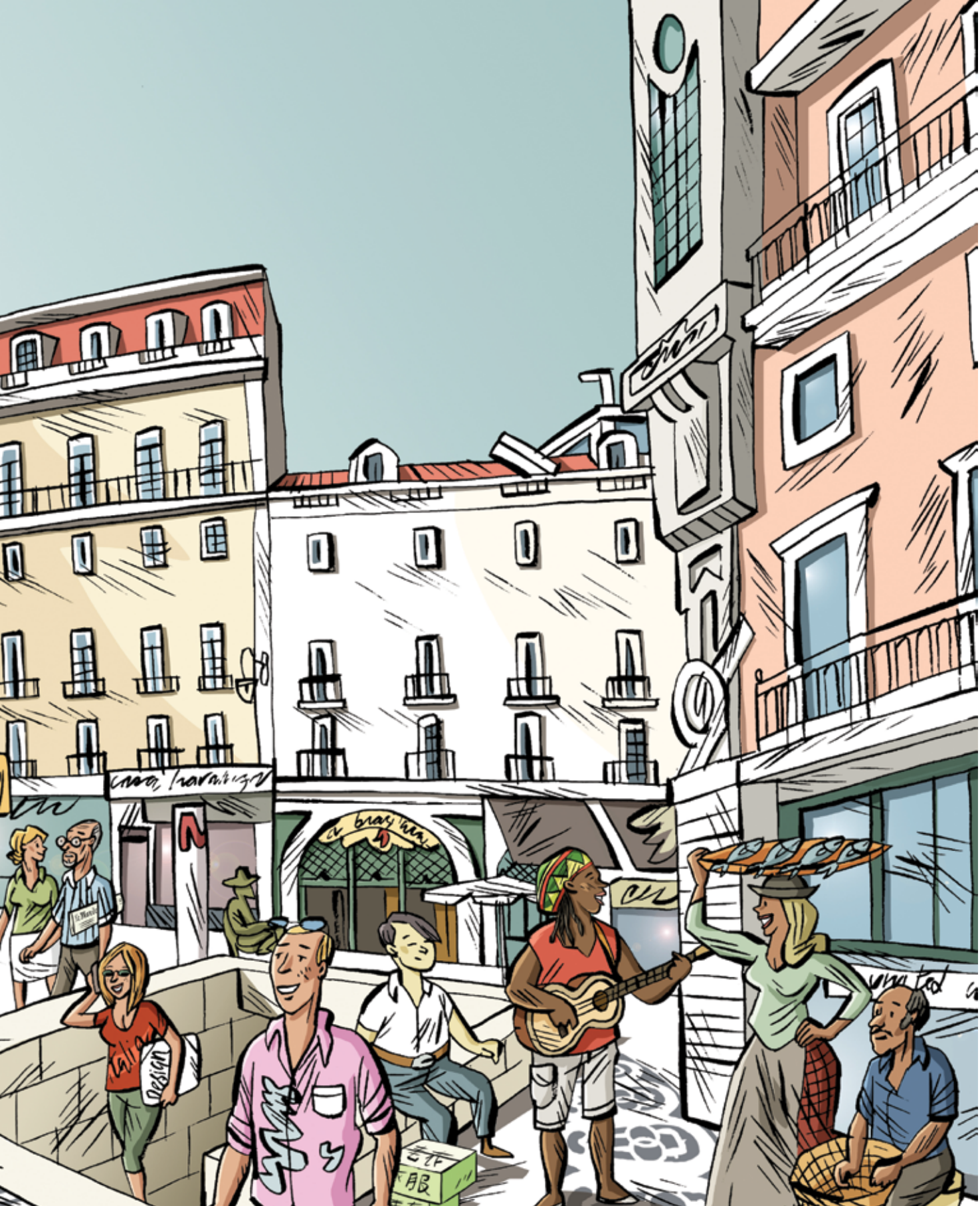
Migrações

LISBOETAS

A NOVA DIVERSIDADE NA DIVERSIDADE DE SEMPRE

ILUSTRAÇÃO POR RUI SOUSA





Todo o lisboeta tem as suas origens algures noutro lado. Ainda antes da fundação da nacionalidade portuguesa já Lisboa misturava gente dos povos das três religiões do Livro: judeus, cristãos e muçulmanos. Com os descobrimentos chegaram africanos e asiáticos. Nos séculos XIX e XX, o êxodo rural trouxe das províncias muitos milhares para a capital, que foi também abrigo dos refugiados da II Guerra Mundial. Hoje, é uma cidade cosmopolita atraída gente de todo o mundo para estudar, trabalhar, investir e viver. São cerca de 80 mil os residentes estrangeiros legais em Lisboa (quase o dobro de há dez anos) de uma centena de nacionalidades.

Conseguiu identificar os personagens do desenho das páginas anteriores? Confira aqui:

1 Caiador africano. No século XVII, 10% da população da cidade era africana, entre escravos e homens livres. As criadas negras cuidavam dos despejos, numa época em que não havia saneamento. Mulheres livres dedicavam-se à venda de tremoço, fava rica e mexilhão. No Rossio, os “pretos caiadores” aguardavam a clientela, com os baldes da cal e as broxas. O Pai Paulino foi o mais famoso deles, no século XIX.

2 Empresário espanhol. Nos últimos anos, o aquecimento da economia da cidade tem atraído muitos investidores do espaço comunitário europeu. Muitas empresas espanholas encontraram aqui espaço para expandir os seus negócios.

3 Vendadeira salaia. Os produtos frescos, como as hortaliças e leguminosas, entravam diariamente na cidade pela mão das laboriosas mulheres do campo da região salaia, montadas no seu burrico. Também vinham as lavadeiras, entregar o rol de roupa à freguesia, nas galeras puxadas por muareis.

4 Aguadeiro galego. No século XIX, quando ainda não havia água canalizada para as casas, a distribuição ao domicílio era feita por imigrantes galegos, que a levavam em barris ou bilhas, desde os fontanários e bicas do sistema das Águas Livres. Tornaram-se



carvoeiros e donos de tabernas e casas de pasto, na origem de muitas tascas da Baixa lisboeta.

5 Polícia sinaleiro transmontano. Muitos elementos das forças policiais eram, tradicionalmente, de origem transmontana. Da mesma região chegavam também as criadas – algumas ainda adolescentes – para servir nas casas burguesas.

6 Brasileira. Os brasileiros são hoje a maior comunidade estrangeira residente em Lisboa. Muitos dos salões de cabeleireiro e de estética são operados por nacionais do país do samba, que também abundam na produção de televisão e na publicidade.

7 Empreiteiro ucraniano. Desde meados da década de 90 que muitos imigrantes dos países do leste da Europa escolheram Lisboa para trabalhar. A maioria é ucraniana e a construção civil é a sua principal ocupação. Também vieram muitos romenos e moldavos.

8 Azeiteiro ribatejano. Dos campos do Ribatejo vinha, até meados do século XX, o azeite. Transportavam-no homens que vinham em carroças e que o vendiam em bilhas metálicas.

9 Indiana do lugar da fruta. A primeira leva de imigrantes do Índustão (Índia, Paquistão, Bangladesh, Nepal) chegou com a anexação dos territórios de Goa, Damão e Diu, em 1961. Outros chegaram depois de Moçambique. A comunidade ismaelita dedicou-se ao comércio de eletrodomésticos, à exploração de cinemas e à indústria. Mais recentemente, estes sul-asiáticos estabeleceram-se com frutarias, lugares de hortaliça, restaurantes, minimercados e lojas de conveniência ou de telemóveis.

10 Casal de reformados franceses. Os benefícios fiscais que os estrangeiros que compram casa em Lisboa auferem face aos impostos no país de origem levaram muitos franceses em idade de reforma e com rendimentos acima da média a optar por viver na nossa cidade.

11 Estudante italiana. O programa europeu de intercâmbio de estudantes Erasmus trouxe às universidades de Lisboa muitos estrangeiros, seduzidos pela qualidade do ensino e pela vibrante cena cultural da cidade. Nalgumas faculdades, os estrangeiros são já um terço do total dos estudantes.

12 Empreendedor irlandês. Mesmo antes da fixação em Lisboa do principal evento mundial do empreendedorismo tecnológico e digital (Web summit), já muitos europeus haviam escolhido esta cidade para criar negócios inovadores, beneficiando do ambiente favorável às startups.

13 Negociante chinês. Os chineses são a segunda comunidade imigrante em termos de efetivo populacional. Os negócios do comércio são a sua ocupação de eleição.

14 Músico africano. Os cabo-verdianos são a principal comunidade africana presente em Lisboa, sendo presença antiga: rivalizando com as varinas, havia as peixeiras cabo-verdianas do bairro do Mocambo (Madruga). As músicas e as danças africanas são-nos familiares e muitos acreditam ter uma delas (o lundum) influenciado o Fado. Hoje, mornas e coladeiras ecoam na cidade.

15 Varina. Na viragem do século XIX para o XX, pescadores da Costa Nova vinham, no inverno, pescar para o Tejo. A faina sazonal tornou-se permanente à medida que se fixaram todo o ano. Ovarinos (de Ovar) e Avieiros (de Vieira de Leiria) pescavam enquanto as suas mulheres (as varinas) vendiam o peixe, em Alfama e Madragoa.

16 Cesteiro cigano. A presença da comunidade cigana em Lisboa está documentada desde o século XV. Nessa época, a casta de origem definia a profissão: artesanato, criação de gado, comércio e música. Até meados do século XX, os cesteiros e os vendedores de gravatas eram uma imagem desta comunidade. **LMC**

Artigos




MODALISBOA OCUPA ANTIGAS INSTALAÇÕES MILITARES NO CAMPO DE SANTA CLARA



Da esquerda para a direita, de cima para baixo: Graziela Sousa – Projetos Especiais; Luis Pereira – Direção de Casting e Bastidores; Tiago Sousa – Assistente Marketing e Patrocínios; Antónia Rosa – Make Up Artist; Joana Gabinete de Imprensa e Comunicação; Ricardo Costa – Coordenação de Operações e Terreno; Rita Rolex – Projetos Especiais; Lígia Gonçalves – Gabinete de Imprensa Internacional; Joana Duarte – Assistente Direção de

A ModaLisboa mudou-se para as antigas Oficinas Gerais de Fardamento e Equipamento do Exército, no Campo de Santa Clara.

Os vinte e dois desfiles da edição de outubro realizaram-se também no mercado e no palácio Sinel de Cordes. Eduarda Abbondanza, presidente da associação ModaLisboa, e as suas equipas já se *apropriaram* de dezenas de espaços na cidade ao longo dos 28 anos de vida deste projeto. Desde 1991 decorreram 53 edições, que atraem, em média, 20 mil visitantes

e projetam a cidade nos circuitos internacionais da indústria da moda. Em cada edição, a equipa de dez elementos da estrutura fixa vai crescendo até se multiplicar por 50, envolvendo o trabalho de cerca de 500 pessoas, repartidas por dez áreas de função, da direção criativa à comunicação, passando pela gestão e pela produção. Com a participação de 30 *designers* e marcas, esta edição decorreu sob o tema “Colective”. A organização afirma: “é a crença na união e a pluralidade numa palavra”. **LMC** 



FERNANDA FRAGATEIRO
É UMA CAÇADORA DE VAZIOS E
A CIDADE FOI SEMPRE UM
GIGANTESCO RECREIO.
TALVEZ ISSO VENHA
DE LONGE. DO RIO
QUE AVISTAVA DA CASA
DOS SEUS PAIS,
DA LIBERDADE
IMENSA QUE
SENTIA.

POR MADALENA GALAMBA



Viveu no Montijo até aos 15 anos, altura em que entrou para a António Arroio, e deixou Lisboa entrar definitivamente na sua vida. Hoje é uma das artistas plásticas mais respeitadas da sua geração, com obras nas principais coleções públicas do país, e exposições em Portugal e no estrangeiro. Escolheu o centro histórico de Lisboa para viver, mas é no ateliê municipal número 1, nos Olivais, que desenha e dá corpo aos seus “espaços de liberdade”.

LISBOA *Qual a sua primeira imagem de Lisboa?*

FERNANDA FRAGATEIRO São as idas à Baixa, às compras.

A Baixa era o primeiro território de exploração, e também de confronto com o espaço de onde eu vinha, que era muito mais pequeno. Na minha infância, daquilo que me lembro, a Baixa era um território com uma dinâmica muito forte, com muitas lojas, muita gente na rua...

LISBOA *A ligação com a arquitetura é central na sua obra. Como é que descobriu esse interesse?*

FERNANDA FRAGATEIRO Existem talvez dois momentos. Um tem mais a ver com a minha experiência, a minha vida, o facto de ter nascido no Montijo,

o facto de viver junto ao rio, em liberdade total, junto às salinas, aos sapais, e andar pela vila, de bairro em bairro, indo para a escola a pé, etc. Em frente à casa dos meus pais tinha o vazio do rio, um espaço extraordinário que eu acho que determina bastante a minha ligação com os espaços vazios.

O segundo momento acontece mais tarde, já em Lisboa, com outra consciência. O facto de ter vivido e trabalhado ao lado do ateliê dos arquitetos Frederico George e do filho Pedro George, duas pessoas de quem fiquei amiga, foi marcante. O Frederico George tinha uma biblioteca de arquitetura incrível, sobretudo arquitetura modernista, e essa foi um pouco a minha entrada na arquitetura, embora já tivesse feito projetos com ligações às questões do espaço.

LISBOA *Na juventude, enquanto estudava na António Arroio e depois em Belas Artes, como era a sua relação com Lisboa?*

FERNANDA FRAGATEIRO Num país como Portugal, para alguém que, como eu, não podia viajar, a cidade era o meu *playground*. Quando andava na

UMA PENÉLOPE NA EXPO 98

“A minha participação [no espaço público da Expo 98] nasce a partir de um convite do arquiteto Manuel Salgado. A ideia da equipa de arquitetura para os Jardins da Água era a de criar um pavilhão a céu aberto, cuja entrada se faria através daquele muro em que fui chamada a intervir. Para mim aquilo era tudo uma grande cenografia, mas feita com materiais muito duros. A minha curiosidade em relação ao projeto levou-me a ser muito crítica. Comecei por propor transformar o muro numa cortina, e fui questionando algumas opções de arquitetura. Porquê este material? Porquê a referência a tantas figuras masculinas e nem uma feminina? Havia um lago Ulisses, mas nenhuma Penélope.



“Havia um lago Ulisses [na Expo 98], mas nenhuma Penélope. Fiz um *crochet* da Penélope no chão.

Fiz um *crochet* da Penélope no chão. Escrevi frases de Virginia Woolf nuns longos bancos, desenhei o Jardim das Ondas em frente ao Oceanário... E fiz uma girafa que se vê ao espelho. Acho que a girafa foi também uma resposta ao projeto dos Jardins da Água – a utilização de espécies vegetais exóticas, acerca das quais normalmente não demonstramos estranheza, porque estamos habituados a que não estejam no seu lugar.

A girafa tem a ver com uma ideia de viajante. Com alguém que chega a um lugar e se procura a si próprio. O arquiteto Paulo Varela Gomes dizia que um viajante vai à procura daquilo que já conhece. A girafa tem a ver com isso.”

António Arroio, a cidade era o nosso espaço de descoberta permanente. Andávamos por todo o lado à procura de lugares.

LISBOA *Quando é que essa descoberta da cidade começa a ganhar forma na sua obra?*

FERNANDA FRAGATEIRO Num dos primeiros projetos que fiz, em 1990, “descobri” um espaço, o Museu de História Natural, na rua da Escola Politécnica. A coleção do museu tinha sido destruída num incêndio, em 1978, mas aquele espaço incrível continuava ali, fechado, despojado do seu conteúdo, e interessou-me imenso, porque era um espaço que, de certo modo, guardava um vazio. A primeira grande exposição que fiz chamava-se Instalação na Sala Sul, era uma enorme instalação que trabalhava questões urbanas daquele período. Nos anos 80 e início dos anos 90, a cidade estava num grande abandono e degradação, mas surgiam também projetos de regeneração. A instalação tinha a ver com essas dinâmicas de destruição e reconstrução. Era muito cenográfica, com grandes construções que se assemelhavam a partes de casas, mas construída com uma linguagem muito minimal. Mais importante ainda foi essa exposição ter aberto caminho para a disponibilização desse espaço aos artistas, o que aconteceu durante 25 anos.

LISBOA *A política foi desde muito cedo importante para si. O que é que a inquietava naquela altura?*

FERNANDA FRAGATEIRO O mesmo que me inquieta hoje: querer participar na construção de um mundo melhor para todos. Eu tinha 11 anos quando aconteceu o 25 de Abril, fui muito marcada por esse acontecimento. Há pessoas que se calhar acordam de manhã a pensar como é que podem fazer milhares de euros, ou o que podem fazer para defender o seu clã. A mim interessa-me pensar no que posso fazer para participar e contribuir para o bem comum. Para mim, a vida é um laboratório onde estou sempre entusiasmada, e não consigo pensar apenas na minha casa, no meu ateliê, no meu país.

LISBOA *Vive na Baixa e trabalha nos Olivais, como é essa vivência?*

FERNANDA FRAGATEIRO Falando sobre cidade, desenho de cidade e como é que se usa o espaço, a Baixa e os Olivais são opostos. Os Olivais são uma zona cheia de vazios, cheia de matéria vegetal, de espaços abertos que permitem ter uma qualidade de vida incrível, são espaços com um potencial imenso. A Baixa é um território lindíssimo, que eu sempre vi como um lugar frágil e delicado, com uma fragilidade, mas com uma enorme beleza dentro dessa fragilidade, e que não foi realmente protegido nos últimos anos. Houve de facto reabilitação urbana, mas que arrasta coisas terríveis como o mono-uso dos espaços, transformando tudo em hotéis e lojas para turistas. Um espaço, que tinha tudo para ser maravilhoso, foi engolido pelo lado mercantilista, capitalista, e que foi tão rápido, tão forte, que não houve tempo e vontade para reagir.

LISBOA *Como é trabalhar aqui?*

FERNANDA FRAGATEIRO Durante muitos anos trabalhei num ateliê na Baixa, e pelas características do espaço o meu trabalho adquiriu uma escala um bocadinho mais doméstica, e isso estava a preocupar-me. Este novo ateliê permite-me trabalhar em várias coisas ao mesmo tempo, permite-me ver as peças de vários pontos de vista e desafia-me a trabalhar numa escala maior.

LISBOA *Que projetos tem para 2020?*

FERNANDA FRAGATEIRO Estou a preparar algumas exposições coletivas e individuais, para Portugal e também para Espanha, Bélgica e Brasil. Vai ser reativada a minha escultura Caixa para Guardar o Vazio, uma escultura performativa que vai circular por vários equipamentos culturais. Vou também dar continuidade a projetos de colaboração com amigos arquitetos, no desenho de espaço urbano, alguns na cidade do Montijo. Mais do que construir e reabilitar espaços, é preciso pensar como é que esses espaços são habitados. O meu trabalho de colaboração é cada vez mais laboratorial. Acaba, algumas vezes, por não se ver nada materializado, que possa assinar. Interessa-me cada vez menos colocar coisas no espaço. Interessa-me mais esvaziar, limpar. O meu trabalho não é só criar esculturas, é desenhar espaços de liberdade. ●

“O meu trabalho
não é só criar
esculturas, é
desenhar espaços
de liberdade.”



carris  MAN

2652

05-VZ-61 ¹⁹/₀₁

TP

Alvará nº 200427

727

09

Reportagem

SOBRE CARRIS

FOTOS DE AMÉRICO SIMAS

Autocarros e elétricos transportam vida pelas ruas de Lisboa, sonhos, pressas, arrelias e muito parlatório. Imagens da Carris e da sua gente, tripulantes e passageiros.



Reportagem



As viagens são, para tantos, momentos de convívio, entre si e com tripulantes.
A carreira mais longa, a do 728, tem um percurso de mais de 20 quilómetros, do Restelo à Portela.
Mas a carreira mais frequentada é a do 758, entre o Cais do Sodré e as Portas de Benfica.







Mudar de agulha, andar a nove, descarrilar – expressões que vêm dos elétricos para o falar dos lisboetas. Para os transportar, a Carris percorreu 31.214.064 kms em 2018 – 81 idas à Lua, 780 viagens à volta da Terra. O tripulante mais novo tem 21 anos, o mais velho 63. Nas páginas de trás: o elevador de Santa Justa tornou-se um ícone da cidade, assim como os ascensores da Bica, do Lavra e da Glória. Juntos, sobem e descem as colinas de Lisboa centenas de vezes por dia.



28 PRAZERES

POR RUI BAPTISTA

O lisboeta, seja de Lisboa seja do Mundo, entra no elétrico ou no autocarro e já sabe ao que vai: não é uma simples viagem, é um mundo de aventuras. Ali, de banco para banco, chegando a cabeça para o lado para ver o interlocutor que um chato que vai em pé tapa, discute-se tudo.

A vida está cara, está um calor que não se pode, as pessoas deviam tomar banho todos os dias, olha aquele todo tatuado, a minha patroa hoje estava com os azeites, olha como este parvalhão estacionou, desculpe, pode pôr a música mais baixo?, hoje em dia não há respeito, ó menino esse lugar é reservado, ó que caraças, vai aqui tudo apertado e lá atrás está tudo vazio!

Há muito tempo para ficar calado, debaixo da terra. Aliás, no Metro, viajam todos calados. Aqui, na Carris, é para falar. Solavancos e curvas apertadas são uma espécie de samba, basta dizer que a Carris foi fundada no Brasil. Serve para descarregar raivas e tristezas, serve muito para brincar e rir. Tantos só saem de casa, onde não raro vivem sós, por terem um passe que lhes oferece essa

liberdade: viajar, ver as ruas, ir a um jardim. Conversar, com o condutor que já conhecem – e que os conhece também.



Desculpe, dá-me licença?
Não se esqueça de validar o passe. Mas, *ó amigo!*, sobretudo, não se esqueça de dar saudação ao motorista, ao guarda-freios. *Boa tarde!* É ele o herói, ao comando da sua máquina de transportar o vaivém das *muitas e*

desvairadas gentes. As suas pressas e vagues, a sua solidão e tristeza no 742, os seus amores no 24 que agora voltou, os seus estudos no 738. O planeta inteiro no 28. Prazeres.

É, assim, uma porta para o mundo, o passe. O passe é sagrado – e, como tal, deve ser cada vez mais barato. Em 2012, o desconto para idosos

baixou de 50 para 25%. Resultado? Na Grande Lisboa, quase 42 mil idosos deixaram de o poder comprar. Ficaram em casa. Evitaram viagens necessárias. Com subidas de tarifas e perda de benefícios, só em seis meses a Carris perdeu 25 milhões de passageiros.

Com as recentes medidas de baixa de preços, o amarelo da Carris transporta cada vez mais gente: no ano passado, 125 milhões de passageiros. Este ano serão mais. Bastam 661 autocarros, 56 elétricos, 1.682 tripulantes para os transportar. Menos transporte particular, menos poluição. E, assim, continua tudo na conversa, quando se

volta do trabalho ou se vai para o concerto.

Quantos namoros começaram na Carris?

*...na carreira desta vida vã
Mais nada me dá a pica que
o pica do sete me dá*

É como nas fotografias do Américo Simas: cabemos todos. ●

Registos





UMA CIDADE QUE TODOS DEVEM PODER HABITAR

No portal **Habitar Lisboa**, em funcionamento a partir de novembro, podem registar-se todos aqueles que querem morar em Lisboa, mas não têm possibilidade de enfrentar o atual mercado de arrendamento.

Nesse portal, os aderentes são direcionados para os programas mais adequados ao seu caso. O registo de adesão deve ser renovado anualmente, atualizando os dados que dizem respeito ao agregado habitacional sempre que necessário.

As casas disponíveis serão sempre em menor número face às necessidades, mas ainda assim, estes programas poderão fazer a diferença para muitas famílias. E Lisboa

tem de ser para todos. São assim as cidades saudáveis e sustentáveis, cidades integradoras em que se partilham escolas, bairros e jardins.

Para quem se quer candidatar a uma habitação municipal

Para as famílias em situação de vulnerabilidade económica e social, a autarquia tem apostado na construção e reabilitação de habitação pública, quer em bair-

ros, quer em núcleos dispersos inseridos na malha social e urbana da cidade.

COMO É QUE AS FAMÍLIAS SE CANDIDATAM?

Através do portal *Habitar Lisboa*.

COMO SÃO CALCULADAS AS RENDAS?

As rendas têm em linha de conta a capacidade financeira dos agrega-

dos familiares, sem prejudicarem o acesso a outros bens essenciais (por exemplo: alimentação, água, eletricidade, gás, transportes...). Esse cálculo é efetuado de acordo com o **Regime de Renda Apoiada**, regulamentado a nível nacional.

A QUE CASAS SE CANDIDATAM?

A todas as casas municipais disponíveis na cidade. No entanto, as casas submetidas a um determinado concurso podem estar localizadas num determinado bairro municipal ou numa zona específica da cidade.

Quando há demolições de edifícios municipais degradados e construção de novos edifícios no local, os realojamentos não são sujeitos a candidatura, privilegiando-se o realojamento das famílias no bairro de origem, ou na sua proximidade. Pretende-se salvaguardar os laços sociais já estabelecidos numa determinada comunidade, e os interesses das crianças, que poderão permanecer nas mesmas escolas e nas mesmas associações.

Nos Bairros e Zonas de Intervenção Prioritária (BIP/ZIP), as famílias contam com gabinetes de apoio local, formados por vários organismos públicos e associações locais que promovem a qualidade de vida urbana e a coesão social.

COMO É ATRIBUÍDA A CASA?

As candidaturas são ordenadas de acordo com o grau de carência habitacional e a vulnerabilidade socioeconómica dos requerentes. As ponderações estão publicadas no Regulamento Municipal do Direito à Habitação. Casos de pessoas sem abrigo, situações de

violência doméstica, pessoas com deficiência e a antiguidade das candidaturas são alguns dos fatores considerados na pontuação.

Para quem tem rendimentos médios e quer arrendar uma casa em Lisboa

O Programa de Renda Acessível (PRA) foi concebido pelo município de Lisboa para ir ao encontro das necessidades dos jovens e das famílias das classes médias. Apesar da semelhança do nome, não confundir com o Programa de Arrendamento Acessível, promovido pelo governo e de âmbito nacional. O valor da renda só poderá ir até 30% do rendimento disponível da família.

O programa municipal de Renda Acessível integra um conjunto de empreendimentos em obra ou em projeto em locais muito diferenciados da cidade. Podem ser casas municipais reabilitadas pela autarquia, podem ser casas cuja construção ou reabilitação resulte de parcerias com outras entidades públicas ou cooperativas, ou podem resultar de contratos de concessão com investidores privados, que põem o seu património, total ou em parte, no Programa Renda Acessível, dependendo do acordo a que chegam com a autarquia.

QUEM PODE CONCORRER?

A população-alvo são os jovens e as famílias das classes médias, com níveis de rendimento nos quais se inclui cerca de 90% da população da Área Metropolitana de Lisboa. Para concorrer ao programa Renda Acessível, o valor do rendimento bruto do agregado

doméstico deve situar-se entre um valor mínimo e um valor máximo.

Para um agregado de uma só pessoa, o valor mínimo é de 8.400€/ano; e o máximo é de 35.000€/ano.

Para um agregado doméstico com duas ou mais pessoas o valor mínimo é de 8.400€/ano, por cada pessoa que tenha rendimento, e o máximo é de 45.000€/ano, acrescido de 5.000€/ano, por cada dependente.

QUE TIPOLOGIAS?

As famílias/agregados conhecem os projetos através do Portal, e concorrem ao(s) bairro(s) e empreendimentos em que estão interessados. A tipologia deverá estar de acordo com a dimensão e as características do agregado habitacional. Jovens casais que pretendem ter filhos poderão concorrer a habitações adaptáveis ao seu projeto de vida.

QUAIS OS VALORES DAS RENDAS?

A renda é calculada em função dos rendimentos líquidos dos agregados e não pode ultrapassar 30% do rendimento total do agregado (taxa de esforço). Por cada dependente a taxa de esforço é reduzida em 2%.

Exemplos:

Uma pessoa que ganha o salário mínimo: 534€ líquidos por mês.
Taxa de esforço: 30%
Renda: 187€/mês (T0 ou T1)

Um casal em que cada um ganha 800€ líquidos por mês, com um filho.
Taxa de esforço: 30% - 2% de bonificação pelo filho = 28%
Renda: 523€/mês (T2 ou T3)

Um casal em que cada um ganha 1.000€ líquidos por mês, com dois filhos.

Taxa de esforço: 30% - 4% de bonificação pelos filhos = 26%

Renda: 600€/mês (T2)

ou 667€/mês (T3).

QUAIS SÃO AS PRIMEIRAS CASAS DO PROGRAMA RENDA ACESSÍVEL A SEREM DISPONIBILIZADAS?

Em novembro abrem as primeiras candidaturas no portal *Habitar Lisboa*:

Edifício na Ajuda – 20 habitações, em conclusão.

Património municipal disperso – 100 habitações (obras concluídas entre outubro de 2019 e março de 2020).

No primeiro e segundo trimestres do próximo ano abrirão novos concursos para casas Renda Acessível, em empreendimentos que se encontram agora em processo de lançamento de obra ou com obras já adjudicadas.

COMO É ATRIBUÍDA A CASA?

Uma vez aprovadas as candidaturas, as casas são atribuídas por sorteio, em ato público.

Para quem sofreu um revés na sua vida e pode perder a casa onde sempre morou, ou não pode suportar as rendas que agora lhe são pedidas

A autarquia atribui um **Subsídio Mensal de Arrendamento** (SMA). É um programa que se destina a apoiar temporariamente os agregados familiares que se encontram com dificuldades em pagar a renda da sua habitação, ou que pretendem arrendar uma casa em Lisboa, mas que não

conseguem fazer face aos valores do mercado.

COMO É CALCULADO ESSE SUBSÍDIO?

A comparticipação cobre a diferença entre o valor da renda contratada “elegível” e o valor de uma renda considerada acessível para aquele agregado.

DURANTE QUANTO TEMPO A FAMÍLIA PODE BENEFICIAR DESSE SUBSÍDIO?

Durante 12 meses, renováveis por igual período, depois de se comprovar que as condições do agregado ainda justificam a atribuição do apoio.

COMO É FEITA A CANDIDATURA A ESSE SUBSÍDIO?

As candidaturas são feitas no portal *Habitar Lisboa*. O candidato pode, a qualquer momento, fazer uma pré-candidatura. Quando abrem concursos para atribuição de subsídios os interessados são avisados.

A autarquia pode decidir quais as zonas onde se situam as habitações que poderão beneficiar do subsídio municipal ao arrendamento acessível, bem como critérios especiais de atribuição (discriminação positiva de determinados segmentos da população).

Para quem vive ou viveu nos bairros históricos

Chama-se concurso excecional e transitório de atribuição de casas municipais no centro histórico, e pretende minimizar o impacto da pressão turística nestes bairros, que tem levado à expulsão de muitos dos seus residentes tradicionais. Em junho terminou a segunda edição de candidaturas

(freguesias da Misericórdia, Santa Maria Maior, Santo António, São Vicente, Estrela e Arroios), mas prevê-se a continuação deste programa em futuros concursos a anunciar no portal *Habitar Lisboa*.

A QUEM SE DESTINA

Os arrendatários residentes nas freguesias centrais, em comprovado risco de perda de habitação ou em situações em que a perda já tenha ocorrido, por motivos imputáveis ao senhorio.

QUAIS AS CONDIÇÕES DE ACESSO

Ter contrato de arrendamento há mais de cinco anos nas freguesias abrangidas ou nelas residir há mais de dez anos.

Estar em risco comprovado de despejo ou oposição ao contrato num prazo inferior a 12 meses; ou ter sido despejado ou saído da sua habitação por não renovação do contrato nos últimos 12 meses por motivos imputáveis ao senhorio. Ter uma situação de fragilidade económica que o habilita a integrar o Regime de Renda Apoiada.

Mais informações

Novo Regulamento Municipal do Direito à Habitação: integra todos os programas e medidas autárquicas que apoiam o acesso à Habitação. De forma transparente, esclarecem-se os munícipes sobre condições de acesso e formas de atribuição.

Consultável em:

habitacao.cm-lisboa.pt/documentos/1567529390M1tJV9lI9Ha37LJ8.pdf; lisboarendaacessivel.ptw/; <http://www.cm-lisboa.pt/viver/habitar>
Edifício Municipal do Campo Grande 25, piso 0, Balcão Único de Atendimento. ☎

Emergência social

NÚMERO 144



É um serviço telefónico nacional, público e gratuito, que funciona 24 horas por dia, todos os dias do ano. Destina-se a todas as pessoas que necessitem de ajuda, em particular, vítimas de violência doméstica, crianças e jovens em risco, situações de abandono, ausência de autonomia, e pessoas desalojadas ou sem abrigo.

Saúde

DENTISTA GRÁTIS



Todas as crianças até aos 18 anos têm acesso grátis a tratamentos dentários no SOL – Serviço Odontopediátrico em Lisboa, localizado no

DIREITOS SOCIAIS



Pessoas sem abrigo


QUANDO A VIDA TROCA AS VOLTAS

No fim do ano passado havia em Lisboa cerca de 1.967 pessoas a viver em centros de acolhimento temporário e 361 a viver na rua.

O novo Plano Municipal para a Pessoa em situação de Sem-Abrigo (2019-2021) mostra que é na zona histórica central que se concentra a maior parte das pessoas que dormem na rua, particularmente na freguesia de Santa Maria Maior, seguida de Arroios e São Vicente.

O objetivo deste plano é garantir que as pessoas não permaneçam na rua por ausência de alternativas e promover a sua inclusão social. As respostas passam não só pela habitação e pela integração no mercado de trabalho, mas também pela vertente psicossocial, já que se verifica nesta população uma elevada taxa de doença mental e dependências.

Na zona ribeirinha, perto do Cais do Sodré, localiza-se o Núcleo de Planeamento e Intervenção Sem-Abrigo (NPISA), tutelado pela autarquia, que existe para ajudar todas as pessoas que se encontram nesta situação. Constitui-se com uma rede de 31 parceiros e integra uma unidade de atendimento, da responsabilidade da Santa Casa da Misericórdia. Em colaboração, existem equipas técnicas de rua, que todos os dias percorrem a cidade num trabalho continuado junto desta população.

Contactos: NPISA – npisa@cml-lisboa.pt 215 868 151; Unidade de Atendimento: 213 220 860. Atendimento entre as 9h e as 18h30. **SI** 

número 219 da avenida Almirante Reis. O centro, da responsabilidade da Santa Casa da Misericórdia, dispõe de 11 médicos dentistas e três higienistas orais a tempo inteiro. Contactos e marcações em www.scml.pt.

Atendimento Público

NOVA LOJA DO CIDADÃO



Fica no Saldanha, no Mercado 31 de Janeiro, e abriu portas no início de setembro. Tem atendimento em diversas áreas da administração pública central e local: permite pedir ou renovar o cartão de cidadão ou passaporte, revalidar a carta de condução, obter registo criminal, entregar documentos de despesas para a ADSE, requisitar o cartão Lisboa VIVA, entre outros. Há ainda o Espaço Cidadão, a Iniciativa Lisboa (atendimento para investidores e empreendedores) e a presença das empresas municipais Gebalis, Carris e EMEL.

Livros POLÍTICAS DE HABITAÇÃO 200 ANOS



Uma análise das políticas sociais de habitação em Portugal entre 1820 e 2020, abrangendo a habitação social, arrendamento e reabilitação. Gonçalo Antunes, geógrafo, analisa as políticas a partir da legislação produzida, destaca o seu contexto histórico e ideológico e avalia os seus impactos diretos e indiretos no território, em particular na cidade de Lisboa.

VIDAS EM FUGA DA POBREZA



Em dois bairros de habitação municipal, um em Lisboa, e outro às portas da cidade, o autor procura perceber em que medida os processos de realojamento favorecem mecanismos

IMPRENSA MUNICIPAL



Comemoração do centenário

UMA OFICINA QUE COMEÇOU COM 500 ESCUDOS

Já lá vão 100 anos de boletins, livros, folhetos, cartazes, postais, agendas e tudo o mais que a Câmara precisou de imprimir, desde que, em setembro de 1919, constituiu uma oficina de encadernação de livros.

A iniciativa foi do então presidente Alfredo Gaspar, “de modo a ir acudindo às necessidades urgentes que tem o Arquivo e outras repartições desta Câmara, de cartionar as suas coleções de documentos e livros”.

Para o apetrechamento desta oficina gastaram-se quinhentos escudos, que bastaram para adquirir ferramentas e máquinas, e dar trabalho a dois serventuários, um encadernador/dourador e duas costureiras.

Esteve sediada inicialmente na antiga Casa da Sociedade Protetora de Infância de Santo António, nos Anjos. Mais tarde foi para Alcântara, onde centenas de operários integraram este serviços, nas tarefas de composição, impressão e encadernação de milhares de livros, muitos dos quais se encontram nas bibliotecas da cidade e nos edifícios municipais. Finalmente, em 1990, mudou-se para Chelas, onde se encontra atualmente. ☺

de diferenciação social e identitária. Através de entrevistas de

proximidade e imersão na vida local. José Cavaleiro Rodrigues, antropólogo,

conclui que nos bairros municipais “não são todos iguais”, procurando as subtis diferenças que sustentam projetos bem tentados ou concretizados de mobilidade social. Em paralelo, analisa criticamente as teorias da pobreza ao longo do tempo e em diferentes áreas disciplinares.

CASA E MUDANÇA SOCIAL



Uma incursão pela “linguagem invisível das casas”: o que elas nos dizem acerca da sociedade em que foram construídas, quais os modos de vida e os ideais de família que elas refletem, o que nos dizem sobre os seus habitantes. A partir do caso de Lisboa, Sandra Marques Pereira, socióloga, analisa alguns dos modelos habitacionais mais emblemáticos do século XX, desmontando os valores e as ideologias que lhes estão subjacentes, e questiona as relações entre modelos arquitetónicos e formas de habitar contemporâneas. ☺

EXPOSIÇÃO

Are you a tourist?

UM CONVITE À REFLEXÃO. O QUE É SER TURISTA?

Num dos monumentos mais visitados de Lisboa, o Padrão dos Descobrimentos, decorre uma exposição que questiona residentes locais e visitantes sobre o que é ser turista e quais as práticas que evoca.

Comissariada por Maria Carreira da Silva e Marta Prista, com Jonas Amarante (investigadoras do Centro em Rede de Investigação em Antropologia – CRIA), esta mostra recorre a filmes, *gadgets*, instalações e sinalética que convidam ironicamente os visitantes a converter os próprios turistas em atração turística. Um jogo de espelhos que pretende refletir sobre o mundo que habitamos e chamar a atenção para a transitoriedade do que é “ser turista”. Todos podemos ser turistas? Um turista é sempre um

turista? Podemos ser turistas nas nossas cidades? Os visitantes da exposição são também confrontados com o largo espectro da mobilidade humana e com os en-



Memórias do turismo.

contros e desencontros que essa mobilidade proporciona.

A conceção plástica é da responsabilidade do pintor António Viana. As fotografias recolhidas

nas próprias filas de entrada para a Torre de Belém e para o Padrão dos Descobrimentos, que acompanham todo o percurso expositivo, são do fotógrafo Luís Pavão.

A exposição inclui ainda um núcleo evocativo do turismo em Portugal nos últimos 50 anos, e do seu contexto, bem como um “gabinete de curiosidades” turísticas, inspirado nas coleções que, entre os séculos XVII e XIX, reuniam objetos associados a viagens ou a descobertas científicas.

Filmes com testemunhos de setenta pessoas, visitantes e locais, em resposta à questão “Are you a tourist? Why?” (“É um turista? Porquê?”), é outra das atrações da exposição, que decorre até 15 de dezembro. MF ●

EDIÇÃO

Câmara Municipal de Lisboa
Departamento de Marca e Comunicação

DIRETORA

Filomena Costa

DIRETOR-ADJUNTO

Luís Miguel Carneiro

DIRETOR CRIATIVO

Vasco Ferreira

EDITORA

Susana Pina

REDAÇÃO

José Manuel Marques, Luís Figueiredo, Mafalda Ferraz, Rui Baptista, Sara Inácio, Paula Cerejeiro.

Colaborou neste número: Madalena Galamba

DESIGN, ILUSTRAÇÃO E PAGINAÇÃO

Filipa Palet, João Ferreira, José Carrapatoso, Maria João Pardal, Sandra Lucas, Sónia Henriques, Teresa Fernandes
Colaboraram neste número: André Carrilho e Rui Sousa

Lisboa

FOTOGRAFIA

Nuno Correia (Editor), Ana Sofia Serra, Américo Simas,
Humberto Mouco, Manuel Levita

RELAÇÕES EXTERNAS E PRODUÇÃO

Paula Cerejeiro, Raquel Antunes

ARQUIVO DMC

Ana Cosme, Célia Martins

VERSÃO BRAILLE

Gabinete de Referência Cultural – Imprensa Municipal

ESTATUTO EDITORIAL

<http://www.cm-lisboa.pt/publicações-digitais/ultimas>

IMPRESSÃO

DIGIPRESS

TIRAGEM

300.000 exemplares

DEPÓSITO LEGAL

341672 / 12

ISSN

2182-5556

INSCRIÇÃO NA ERC

Anotada

PERIODICIDADE

Trimestral

DISTRIBUIÇÃO

Gratuita

CONTACTOS

revistalisboa@cm-lisboa.pt

Telefone: 218 172 500

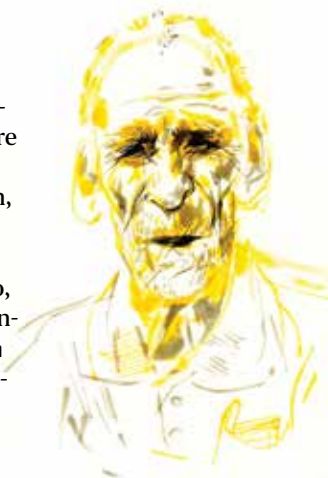
Rua Nova do Almada, 53, 1.º, 1200-288 Lisboa.





A porta do número 49 da Rua dos Prazeres tem uma característica invulgar: está sempre aberta. O túnel a que dá acesso e por onde só os mais curiosos se aventuram, desemboca numa rua de casas baixas que desce em socacos, parte de uma aldeia que parece existir noutro tempo, noutro lugar. É uma comunidade escondida no quarteirão delimitado pela rua da Imprensa Nacional, a rua dos Prazeres e a rua de S Bento.

O Senhor João Gil, aqui nascido há 75 anos, esclarece-me que este é o Pátio dos Caldeireiros, assim chamado por há muito tempo aqui terem morado gentes dessa profissão. Agora já poucos portugueses restam, é só estrangeiros. Diz-se que há vinte anos



TEXTO E ILUSTRAÇÃO
ANDRÉ CARRILHO

veio um homem que comprou tudo e deu a escolha às pessoas, comprar ou alugar. Nuno, aqui nascido há 34 anos, conta-me que o pai comprou e ele aqui continua. Com o crescente valor das rendas, a rondar os 700 euros, a pessoas foram-se mudando. Casas de pouco mais de 20 m2 valem de repente para cima de 120 mil euros, dinheiro que compra um belo apartamento fora da cidade. O Nuno trabalha no Mercado da Ribeira, a filha anda aqui na escola ao pé, não se imagina a viver noutro lado. "Mas eu gosto dos estrangeiros, gosto que apreciem isto".

Gentilmente, oferece-me um banco para me sentar e ali fico, a desenhar um pedaço escondido da cidade cuja história nos pertence a todos. ●

Lisboa



INFOMAIL